

## 6. As Diferenças de Condições Iniciais

Em seu capítulo sobre as condições iniciais para o desenvolvimento Myrdal abriu a discussão sobre o desenvolvimento em várias direções ainda pouco exploradas e assentou as bases de um estilo de trabalho, que conquanto ele mesmo denominasse de "institucional", de fato colocava as dificuldades de uma ciência social que deve se adaptar a uma intensificação da renovação de seus temas. Esta postura apareceu em sua plena maturidade em seu posterior "Contra a corrente", onde registrou os problemas consequentes de incorporar temas como a internacionalização da economia mundial e o manejo do ambiente e o encaminhamento metodológico da análise. O ponto de partida tácito desta discussão é que todos países sempre estão realizando alguma política que afeta o desenvolvimento, seja positivamente ou negativamente. Imaginar condições iniciais significa valorizar o contraste entre dois pontos na história, possivelmente antes e depois da modernização. Significa, portanto, identificar um determinado conjunto de elementos que representam a trajetória de transformações que não estava ligada à modernização e outro conjunto de elementos que a representa. Mas como tratar esta junção de rotas: como o deslocamento de uma das duas, como a eliminação de uma delas, ou como a fusão das duas?

Ao referir-se à especificidade das condições iniciais de cada país para desenvolver-se, Myrdal questionou as responsabilidades do Estado, das empresas e dos trabalhadores em relação com a concepção e a realização de políticas econômicas e sociais. O subdesenvolvimento é uma qualificação desta especificidade, uma condição que reúne uma situação externa desfavorável a uma forte desigualdade interna. A análise social que reconhece a pobreza e que a toma como tema obrigatório tem, necessariamente, que qualificar os processos de formação de capital e de estruturação de classes em cada país, bem como tem que reconhecer a formação da empresa e a organização dos trabalhadores. Por isto é uma análise que não pode se realizar sem se apoiar nas condições concretas em que a pobreza se forma, sem considerar os mecanismos que a sustentam, ou o modo como ela se organiza localmente, no meio urbano e no rural. Assim, entendemos, em qualquer momento que se escolha para tratar problemas de desenvolvimento encontra-se um conjunto de condições "iniciais" que representam o momento atual de uma trajetória única que representa os movimentos da economia mundial e os da economia nacional. A reversão dos processos que implicam em permanência ou em agravamento do subdesenvolvimento pressupõe mudanças que atinjam esta trajetória: jamais pode levar a imaginar que a trajetória da economia possa mudar sem que mudem seus determinantes.

No final da primeira parte do "Drama asiático" Myrdal voltou-se para as diferenças de condições iniciais que situam, simultaneamente, o enraizamento do processo de formação e de reprodução de pobreza e o do processo de formação da política. Enfrentou aí um complicado problema de valoração, que é o próprio julgamento do projeto de desenvolvimento como expressão de

interesses de classe (44). Na prática, isto é, nas condições históricas concretas com que se trabalha, isto implica em julgar o projeto de desenvolvimento revisando, a partir de quais princípios se julga o período pre-colonial e como se valoram as oportunidades de crescimento da produção que podem ter ocorrido no período colonial frente às oportunidades posteriores. Noutras palavras, significa um julgamento da direção do processo mais que de sua intensidade.

Esse capítulo do "Drama asiático" situa a crítica de Myrdal à modernização, sua ênfase na relativização dos valores transmitidos pela visão de mundo européia. Na América Latina esta relativização também é essencial, porque permite observar os diversos impulsos de crescimento da produção e avaliar as perdas sucessivas da economia nacional, em termos do aproveitamento e da preservação de seus recursos naturais e de sua concentração de equipamentos e instalações produtivas. Observando experiências de diversos países, principalmente de países de clima tropical, como o Brasil, o Equador, a Venezuela, o México, encontramos uma série de incidentes de substituições entre plantações de banana e pecuária, entre café e cítricos etc, tanto no contexto colonial como no atual, que revela momentos em que os capitalistas conseguiram converter integralmente seu capital entre diferentes formas de produção e momentos em que esta conversão significou transferências para o exterior ou entre grupos nacionais (45). A questão é que os países "novos", ou seja, países que deixam agora de ser colônias, chegam a um novo espectro de alternativas de decisão de política a curto prazo, que significa a absorção de um outro modelo de formação de capital. O verdadeiro peso destas decisões é muito maior que seus efeitos diretos em termos de crescimento da produção ou de expansão da capacidade instalada de produção.

As reflexões reunidas por Myrdal nesse capítulo constituem o núcleo de uma discussão do desenvolvimento que abre novas oportunidades para questionar o significado a longo prazo da modernização. Aparecem aí argumentos que foram desenvolvidos ao longo da década de 70 sobre o conteúdo ideológico da modernização e de seu significado para o atual padrão de acumulação de capital. A modernização é uma projeção dos interesses das classes médias, representa a incorporação dos grupos de rendas médias ao bloco de poder controlado pelas oligarquias? Como são processados politicamente os aumentos de produção e de produtividade? Certamente não se trata apenas de distinguir entre substituições de técnica e reorganização administrativa de um lado e ajustes tecnológicos de outro. Mas será que esta modernização é a única opção, ou deverão os interessados - os países subdesenvolvidos - procurar outras opções? A reflexão de Myrdal sobre este tema certamente não é conclusiva. Mas talvez aí esteja, por isto mesmo, seu maior valor, ao apontar que são os próprios países subdesenvolvidos que devem descobrir novas alternativas para suas políticas econômicas.

Esse capítulo segue uma renovação da discussão sobre o significado do longo prazo na análise e na política de desenvolvimento. As condições iniciais dos países para realizar suas políticas de desenvolvimento nunca são as mesmas, assim como mudam as condições de funcionamento da economia mundial em que elas devem ser realizadas. Muda o próprio paradigma de desenvolvimento,

que é outra noção avançada por Myrdal em relação, por exemplo, com as contribuições de Thomas Khun (vide a epígrafe deste trabalho e a nota nº 46). Quando se vê o desenvolvimento como uma mudança social e técnica em que o componente qualitativo predomina sobre o quantitativo não se podem ignorar as mudanças de posição dos diversos países na economia mundial. Tampouco se pode ignorar a mudança que ocorre ao nível da estruturação de classes e as relações de poder, nem se pode negligenciar as modificações nas posições dos agentes que acompanham esta estruturação de classes.

Num primeiro momento estas reflexões podem ser rebuscadas. Mas são necessárias para garantir que a análise do processo e a da política não percam o sentido de proporção entre os condicionamentos históricos da política e as condições atuais de ação dos agentes do processo em cada lugar. Entendemos que este tipo de análise leva, necessariamente, a valorizar as interrelações entre o poder concentrado no Estado nacional e manifestações locais de poder, no que, por exemplo, encontram-se pistas para uma revisão das teorias regionais ou da análise regionalmente organizada. O tema do poder local contrapõe-se à teoria regional oficial, que ou trabalha com as formas organizadas do poder espacialmente organizado ou com os modos de organização ditados pelo centro em expansão do capital (47), mas que ignora a sustentação da formação de poder em impulsos partidos de relações concretas entre pessoas e grupos. O foco no poder local facilita a análise da pluralidade do subdesenvolvimento e, justamente, nos aproxima das atuais transformações das sociedades "clássicas" de classe em sociedades de classe e de massa, como agora ocorre nos países latino-americanos (48).

Com a continuidade da urbanização e da industrialização certamente mudaram a estruturação e a escala da sociedade de classe (entendida como a sociedade de cidadãos, mesmo quando oprimidos) e se ampliou e tornou-se mais complexa a sociedade de massa (entendida como aquela subordinada à anterior, cujos membros não têm acesso aos mesmos sinais de cidadania). A compreensão destas mudanças é essencial para uma rearticulação do discurso sobre os problemas de subdesenvolvimento, principalmente naqueles países em que a formação de interesses das classes médias faz a ponte entre as oligarquias tradicionais e as novas formas de organização da produção. A pesquisa que teve lugar depois da publicação do "Drama asiático" apontou justamente para esta modificação dos contextos nacionais, especialmente em estudos que tomaram o Brasil, o México e a Argentina como tema (49).

Mas essas mudanças ao nível do processo de frontam com os azares da política. O esgotamento das políticas de desenvolvimento pela industrialização acelerada no final dos anos 60 mostrou que a proposta de desenvolvimento gerada no período de 46 a 55 partia de pressupostos falsos, ou que confundia os movimentos do setor industrial em seu conjunto com os movimentos que resultavam das transformações em curso nas empresas. Assim, podemos destacar as inconsistências de (a) tratar o mercado interno e o internacional como dois âmbitos separados, portanto, distorcendo os termos em que se coloca a competitividade entre empresas; e (b) de tratar com a categoria nação sem passar pela mediação de uma teoria de classes e de correspondentes teorias do Estado e da empresa. A

correção desta tendenciosidade significa uma volta ao momento em que se fundamentava a análise do subdesenvolvimento justamente na identificação do país subdesenvolvido como representativo de uma determinada situação de relações Estado-empresa-trabalho. É evidente que as mudanças que ocorrem em cada um destes três âmbitos e nas interrelações entre eles nos obrigam a rever o conceito de subdesenvolvimento.

No entanto a experiência que se acumulou com a política econômica nos países latino-americanos desde começos da década de 70 mostra que o erro de separar o mercado interno do externo continuou, mesmo quando praticado no sentido inverso: enquanto na década de 50 este erro levou a tentar políticas de substituição de importações sem considerar suas restrições na capacidade para exportar suas restrições de mercado interno (à parte de que outros tipos de política são praticados sem sequer saber os custos sociais dos subsídios às exportações). Com o passar do tempo estas opções de política ganharam conotações ideológicas: substituição de importações versus fomento às exportações, como se as duas não funcionassem com restrições mútuas no contexto da mesma balança de pagamentos, e como se fosse possível levar a separação entre as duas como princípio tácito de política. Na prática encontramos aqui uma manifestação inconfundível daquilo que Myrdal acusou no "Drama asiático" como perspectiva mercantilista da política econômica moderna. Certamente que um exame mais minucioso das implicações destas duas opções de política indica que cada uma delas corresponde a um sistema de poder, cada uma favorece um determinado tipo de relação entre a reprodução do poder econômico e a do poder político. Assim, a crítica explícita da política é um passo necessário para formar um juízo sobre as condições atuais e as opções dos países subdesenvolvidos.

Mas nessa linha de raciocínio há um argumento a ser revisado, relativo à pluralidade de situações a partir das quais se configura atualmente o problema da modernização. Ficaram há muito superadas aquelas análises baseadas em comparações de renda per capita e em cifras globais de emprego. Mas que se põe no lugar delas? Como se registram as diferenças de condições dos diversos países em relação com o centro mundial da acumulação? E como se registram as mudanças no âmbito da empresa? Finalmente, como encarar a relação curto prazo-medio prazo e a relação estrutura-conjuntura?

A diversidade de experiências com a política econômica é o primeiro aspecto a considerar. As relações de dominação e dependência são um fato comum a todos os subdesenvolvidos e assumem diferentes formas, segundo as dominadas são economias mais capitalizadas e de maior porte ou menos capitalizadas e de menor porte. Mas dentro do espectro de situações de dominação o colonialismo tem que ser examinado de diferentes modos, segundo se trata do colonialismo formal que entrou em decadência após a segunda guerra mundial ou de formas mais sutis de controle econômico, político e cultural. No essencial o colonialismo é a forma mais pura de dominação explícita e teve consequências duradouras na Ásia e na América, se bem que de diferentes modos e com diferente intensidade. Neste nível ele é um referencial a ser considerado nestes dois universos, inclusive para identificar as diferentes experiências post-

coloniais. A literatura que foi produzida na América Latina sobre dependência na década de 60, principalmente aquela de sociologia, como os trabalhos de Cardoso, Quijano, Faletto, que avançaram sobre contribuições de Medina Echevarria (50) explorou justamente as conotações de estruturação social atrelada às relações internacionais desiguais antes descritas pela CEPAL. Marcou mais o caráter interdisciplinar da análise mas ficou fortemente dominada pelos pressupostos da análise econômica já estabelecida pela própria CEPAL e centrou-se nos movimentos atuais do capitalismo. Destarte tornou-se uma análise de índole histórica sem perspectiva histórica: uma história atual sem formação social. Vale a pena lembrar ainda que este desenvolvimento teórico, que se diferenciou da doutrina de relações centro-periferia acabou abrindo espaço para uma positivização da análise cujos últimos resultados foi a doutrina dos chamados "estilos de desenvolvimento" (51), que no fundo não são mais que formas de produção. A recaída no positivismo que está embutida neste percurso da análise social não deixa dúvidas: é indispensável reunir uma recuperação adequada do real com uma fundamentação teórica capaz de escapar do provincianismo dos estudos de "casos" latino-americanos.

Nesse último sentido vale a pena retomar a discussão do referencial histórico da dominação, com a necessária amplitude, escapando da tendência à positivização. Neste contexto verificamos que o colonialismo é muito mais atual na América Latina que fora antes reconhecido; e que as experiências coloniais e post-coloniais estão ligadas à formação social dos países, a sua sedimentação cultural pre-industrial e a seus problemas étnicos. E a resposta talvez esteja em reconhecer que a discussão do colonialismo é muito mais rica de indicações para a análise atual que se tem admitido.

Na verdade a expressão colonialismo designa um ampla variedade de situações no relativo a diversificação de capacidade de produção, se bem que reflete um perfil comum de dominação cultural. De qualquer modo, o colonialismo teve sua oportunidade: deixou de retro-alimentar na progressão das experiências nacionais, mas deixou marcas na composição das relações com os países desenvolvidos que continuam ajudando a sustentar a hegemonia mundial. O que nos interessa na discussão atual do colonialismo é estabelecer a perspectiva dos dominados; e nela advertir as diferenças entre processos com maior ou menor acesso a relações internacionais flexíveis, com maior ou menor acesso a alternativas tecnológicas.

Certamente é uma discussão cada vez mais complicada porque as experiências dos países latino-americanos com a dominação não é igual nem é uma linha contínua, nem na direção da superação do domínio externo nem de sua perpetuação, mesmo que esta última tenha sido a tônica. As próprias complicações da reprodução do sistema hegemônico mundial ao longo da heterogeneização do capital indicam a necessidade de uma revisão da sustentação teórica desta análise, especialmente no relativo à historicidade dos argumentos utilizados.

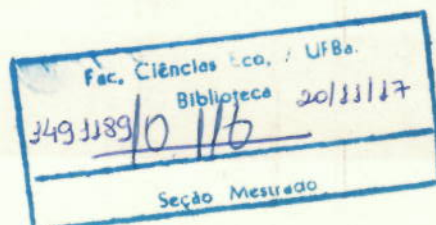
A revisão agora das colocações de Myrdal implica portanto em retomar o tema da heterogeneidade das economias nacionais, ou seja, da heterogeneidade dos sistemas produtivos

representados pelas economias nacionais. Esta sem dúvida foi uma das vertentes menos convencionais da análise realizada no âmbito da CEPAL, que mais se aproximou do uso operacional do conceito de formação social. (Distingue-se neste campo o trabalho de Anibal Pinto (52)). Mas foi um esforço que não teve suficientes seguidores que a ligassem a estudos empíricos e não chegou a uma generalidade suficiente para captar a relevância teórica do espectro de experiências latino-americanas. No entanto não é uma linha de trabalho que se possa realizar plenamente no plano especulativo, senão que necessita de apoio empírico suficiente para situar as questões atuais de heterogeneidade como parte da trajetória da composição do capital num dado padrão de acumulação. Assim, esta análise da heterogeneidade ficou de certo modo limitada como meio de aproximação à experiência atual específica dos países latino-americanos. Mas esta linha de trabalho teve a grande virtude de focalizar nos elementos que identificam a continuidade dos processos econômicos e não em seus pontos de ruptura, como se tornou um hábito da análise econômica oficial, geralmente atraída pelos choques da economia mundial e pelos fatos da política econômica.

Esse é precisamente um ponto que merece agora toda atenção. O confronto dos aspectos de continuidade e de ruptura nos movimentos das economias nacionais é o procedimento que nos permite apreciar as coincidências ou os nexos entre os movimentos na organização social e nas estruturas tecnológicas e portanto tratar da relação entre a composição da taxa de crescimento e a estruturação do poder. É, portanto, um elemento necessário para toda análise social do desenvolvimento que pretenda não ser ingênua sobre as motivações dos agentes sociais.

A continuidade da política é um tema que interessa à explicação dos movimentos que ocorrem no âmbito institucional e à da mecânica dos investimentos. Pensando ou não em desenvolvimento, não há como ignorar que cada decisão de política sucede um conjunto de decisões anteriores; e que atinge sempre o quadro de condições de uso do capital e de emprego dos trabalhadores. O planejamento do desenvolvimento implica sempre em uma qualificação das políticas pelo que elas atingem a distribuição da renda e a mobilidade social, o que significa que falar de política de desenvolvimento é apenas falar de um qualificativo da política econômica e social.

Tratando de países subdesenvolvidos, em que se intensificam as mudanças pertinentes à modernização não podemos perder de vista que a continuidade da política em si já é um resultado da continuidade do sistema de poder, que portanto deve ser tomada como um parâmetro do processo social. Não podemos ignorar que a maior ou menor continuidade da política reflete a tensão entre a organização dos interesses de classe em torno de uma estruturação do poder econômico e político e aquela organização da economia mundial em que estes interesses se manifestam. As políticas econômicas, que por um imperativo da situação atual dos países latino-americanos não podem ignorar a questão do desenvolvimento, têm que vincular as opções de decisão com a capacidade para pô-las em prática. Subentende-se - e parece ocioso questionar - que há um desajuste entre a estrutura institucional e a condução da política econômica no longo prazo, seja no encadeamento de uma sequência de programas a médio prazo, seja na articulação entre programas a médio e a longo



prazo. As dificuldades institucionais enfrentadas pelo planejamento governamental da década de 50 levaram a um mecanicismo da análise econômica, que se refletiu em sua perda de representatividade. Com isto facilitou-se o caminho para que fossem prestigiadas as políticas a curto prazo e fosse retirado do planejamento seu significado transformador, seja, fizeram com que o planejamento não atinja as estruturas institucionais. Assim, as políticas a curto prazo tornam-se contraditórias com a crítica da função das instituições no processo econômico, justamente porque a estabilidade se torna um parâmetro da política ao eliminar a mudança das instituições como alternativa de política.

Isso leva por extensão a valorizar aqueles elementos da mecânica do processo econômico que contribuem para sua continuidade. Nesta categoria, como parte da análise habitual do crescimento, que finalmente nunca se desprende da mecânica do desenvolvimento, salientamos a inércia dos investimentos. São eles, de qualquer modo, o componente da política econômica que determina como se prolonga ou modifica a composição do capital e que faz com que em cada momento que se inicia uma política econômica haja um impulso que deve ser absorvido como parte da determinação da rentabilidade dos investimentos novos. Este encadeamento dos movimentos do capital corresponde a concomitante encadeamento das decisões de política que revela a artificialidade da separação entre curto e médio prazo ou entre o conjunto dos elementos de conjuntura e os de estrutura. A reconstrução de uma visão integradora dos diversos aspectos do funcionamento da economia é uma tarefa do maior interesse para os que trabalham com problemas de desenvolvimento, que em nosso entender devem contribuir para que isto não se resolva ao nível da teoria "pura", isto é, daquela análise formal que por princípio exclui o plano institucional e político da discussão.

## 7. O reordenamento do debate

O "Drama asiático" foi publicado pouco antes que se configurasse a crise da economia mundial que ficou demarcada pela instalação da "trilateral" em 1968 e pelo choque do petróleo em 1973. Mas já anunciava plenamente a conclusão do período de expansão da economia mundial que indiretamente justificou as políticas de desenvolvimento via industrialização dos países periféricos. No plano da política econômica já estava claro o esgotamento das propostas de cooperação internacional multilateral para o desenvolvimento; e tanto a análise da política comercial como os estudos de países mostravam que as dificuldades para sustentar diretrizes de política decorriam em grande parte do debilitamento financeiro dos governos nacionais. O rápido aumento do peso dos compromissos dos governos coincidia com a queda da carga tributária real. Em linhas gerais as dificuldades de financiamento das economias latino-americanas tornava-se evidente no foro do Comitê Interamericano de Planejamento da OEA, onde os governos latino-americanos concentravam suas negociações de financiamento. E estas dificuldades de financiamento correspondiam a um nível de restrições (no eixo setor externo-setor monetário-finanças públicas) que antecedia quaisquer restrições de rentabilidade de investimentos específicos. Noutras palavras em 1968 estavam suficientemente claras as razões que determinavam a interdependência entre a análise do processo econômico e a do processo político; e entre a análise do processo econômico e a da política econômica.

Os estudos econômicos que se acumularam ao longo da década de 60 nos diversos órgãos internacionais que se ocupavam de desenvolvimento econômico e social e em centros acadêmicos em diversos países mostravam que o esgotamento dos motores financeiros do anterior impulso de crescimento vinha acompanhado de rápida intensificação de pressões sociais internas que não podiam ser atribuídas - como fizera Myrdal com o sul da Ásia - ao crescimento da população. Outros fatores ligados à própria modernização, como a urbanização e a formação de segmentos importantes de trabalhadores ligados à produção assalariada em geral, tornam demasiado simplista a explicação demográfica. Assim também as contradições entre os interesses dos grupos ligados à produção exportável não industrializada e os grupos capazes de ganhar com a modernização revelaram um impasse na política econômica destes países que se converteu em restrição à própria política de desenvolvimento.

Ao ser publicado o "Drama asiático" foi uma experiência original no conjunto dos estudos de problemas de desenvolvimento, em parte porque se voltou diretamente para as transformações de economias periféricas, olhando-as a partir do ponto de vista do homem em sua condição de trabalhador e de integrante de uma sociedade, seja, de pessoa concretamente incorporada a um sistema de relações marcado por sua participação na produção, mas antes de tudo como integrante de uma determinada experiência social.



Por isto o "Drama asiático" procurou romper o etnocentrismo tácito das análises de desenvolvimento, criando um referencial policultural. Além disto, principalmente porque foi uma tentativa de resgate do real como único modo válido de estruturar a teoria social. Do ponto de vista metodológico representa uma postura alternativa - e em boa parte contrária - à postura acadêmica convencional de analisar as experiências de cada sociedade como casos, por separado do conjunto da expansão do capital. Assim tem uma conotação de utopia, que entretanto pode ser entendida como antecipação das novas modalidades de humanismo que surgiram na década de 60.

Nesse último sentido cabe uma reflexão sobre o tema central do estudo de Myrdal, a pobreza. A pobreza qualifica o tema mais geral de distribuição e ao mesmo tempo que demanda uma revisão de categorias de análise, do papel que se atribue à distribuição no corpo central da teoria econômica. O estudo da distribuição é um campo no qual se externam as raízes da teoria numa percepção da sociedade em seu conjunto e onde não se podem evadir as consequências das decisões de produção. A pobreza é o aspecto negativo mais extremo da distribuição e por isto qualifica as colocações mais abstratas sobre ela. Como disse Dobb "é possível caracterizar e classificar as teorias econômicas pelo modo como elas captam as raízes e a estrutura da sociedade econômica"(53). A mesma questão genérica - desenvolvimento para que e para quem - tem diferente significado quando aplicada a sociedades onde a totalidade da população tem garantido o consumo básico ou a sociedades onde a maior parte da população não tem sequer perspectiva de solução para seu consumo básico. Como a pobreza tem persistido em muitos países e aumentado em outros, como o desemprego tem sido crônico mesmo nos países europeus, não há razão para supor que a capitalização da economia mundial leve espontaneamente à superação da pobreza. Volta-se a ver a distribuição como o tema principal da teoria econômica e como o que liga a explicação dos movimentos do produto com seus resultados sociais.

O tema da distribuição tem um interesse especial quando o crescimento do produto social é inferior ao da população, pelo menos por duas razões: primeiro porque se configura uma pressão regressiva na distribuição que representa uma crescente insatisfação de um número crescente de pessoas e segundo porque o movimento regressivo da distribuição significa uma modificação no perfil da demanda, que por sua vez modifica as perspectivas de rentabilidade dos investimentos. Assim, os movimentos regressivos da distribuição nos países subdesenvolvidos - onde a relação produto-população tem sido geralmente negativa - são aspectos essenciais na determinação do rumo do crescimento ou do "modelo de desenvolvimento" como se tem denominado ao rumo do processo de produção. Mas na medida em que se reconheça que esta direção do processo de produção é afetada mediatamente pela distribuição torna-se evidente que o desdobramento deste processo ao longo do tempo está ligado ao modo como se absorvem as pressões consequentes da desigualdade, seja na criação de postos de trabalho, na formação de expectativas de mobilidade, seja ainda na recomposição das expectativas de rentabilidade do capital junto com modificações em sua composição. Daí, a questão prática que se apresenta agora é determinar de que modo a distribuição afeta os rumos da produção e como cria ou não tensões que bloqueiem o crescimento.

Esse problema tem sido escamoteado pelo expediente de considerar que o bloqueio distributivo em um país dado é contornado pela expansão das exportações, o que pressupõe que este fenômeno fique restrito a um país. Obviamente é uma hipótese dificilmente sustentável toda vez que se considere que os bloqueios distributivos surgidos em cada país estão ligados a modalidades do funcionamento do capital na escala mundial.

Essas qualificações fazem com que a análise do desenvolvimento deva explicar a progressão em cadeia de restrições que dão lugar à trajetória do crescimento em cada país e os movimentos, externos e internos, que determinam a estagnação. Isto significa um programa de trabalho muito mais amplo que qualquer análise institucional, por mais ampla que ela seja. Não há como dispensar uma análise econômica rigorosa, capaz de explicar os nexos entre os planos interno e externo do processo em termos de um conjunto de relações atuais e da progressão dos nexos que as explicam. Os questionamentos institucionais levantados por Myrdal ampliam e não substituem os termos de referência da análise econômica. E as reivindicações que surgiram nos últimos vinte anos são mais no sentido de capacitar as análises do Estado, da empresa e do trabalho organizado para sustentar uma revisão da mecânica do comportamento econômico na escala nacional e na internacional. Significa enfrentar as dificuldades inerentes a uma teoria da ação econômica. Mas não há como esquivar esta tarefa se se pretende superar o atual nominalismo da teoria econômica, sustentada sobre postulados de ação individual - do consumidor e do produtor - que com este estratagema evita os inconvenientes de explicar o funcionamento dos serviços coletivos, as formas de consumo coletivo e a não continuidade entre a renda individual e os tipos de renda coletiva, como a renda familiar.

Mas como enfrentar esses problemas sem questionar conjuntamente o conteúdo e o método da análise? E como fazê-lo sem levar em conta as principais contribuições do pensamento crítico contemporâneo? A própria reivindicação de Myrdal de um trabalho interdisciplinar torna necessário este cuidado. No entanto, e aqui também esta discussão de economista passa por alto a disputa entre a dialética e o positivismo em suas diversas versões (54), evidenciou-se a crítica da análise de cunho histórico ao tratamento de questões de método como questões independentes dos conteúdos. A independência das ciências sociais frente às ciências naturais surge deste ponto. Aqui no entanto encontramos uma contradição do trabalho de Myrdal, que é representativa das tendenciosidades que ele critica. Aparentemente trata-se de uma tendenciosidade que vem do próprio Wicksell, consistindo na rejeição de modos de pensar não diretamente práticos, que o põe na curiosa posição de tentar resgatar o método de Adam Smith e o instrumental de Bohm-Bwerk e rejeitar o método de mediações de Marx; de valorizar o uso do tempo na análise teórica mas de não romper com a análise marginalista. Em Myrdal esta postura reflete-se na busca sistemática de alternativas a propostas socialistas (seus pronunciamentos sugerem uma posição social-democrata criticamente modernizadora), mesmo quando sua análise da valorização do trabalho e seu princípio de causação circular acumulativa são contribuições à incorporação da análise da mais valia relativa e do monopólio na formação de políticas econômicas; e que a

revisão da base institucional da política econômica que ele propõe leva a uma discussão aberta dos interesses coletivos, que por sua vez fundamenta um planejamento democrático. Por extensão é difícil compreender como se pode trabalhar com interesses coletivos sem avançar à explicação da estruturação social em classes e sem trabalhar a relação entre estruturação em classes organizadas e massas periféricas a formação de capital.

Ao parar no meio do caminho nesta análise Myrdal continuou tratando a sociedade periférica somente como objeto de sua análise e não trabalhar com as vontades da sociedade periférica, que em última análise refletem sua posição de sujeito histórico. E este é outro ponto em que a perspectiva da experiência de cada povo implica na manifestação de seu conteúdo, que é insubstituível com os conteúdos de outras experiências. No entanto a verdadeira discussão do desenvolvimento parte daí, do confronto da trajetória de cada experiência com um sistema mundial de forças políticas. Como ficam as experiências dos países subdesenvolvidos hoje? Amplia-se ou se restringe sua margem de autonomia para decidir sobre seu futuro? E que significa a decisão do país: a permanência de oligarquias tradicionais, sua substituição por elites modernizadoras, ou seu desdobramento nestas elites? A relação entre a reprodução do poder político e a do poder econômico é um desdobramento inevitável de uma discussão da distribuição que analisa o padrão de acumulação. Obviamente não se pode aprofundar na discussão de mudança social e econômica intensa sem enfrentar o dinamismo da distribuição, a genética do poder político mediada pelo processo econômico, Mas para isto a análise não pode ficar restringida à metodologia da economia ortodoxa, nem pode esquivar a análise das consequências da distribuição na formação de poder. São, afinal, os velhos problemas enfrentados por Marx e reiteradamente negados por Weber, que contraditoriamente não deixou de tratá-los.

A novidade da análise de Myrdal foi atingir a neutralidade axiológica por um novo caminho - o da crítica do componente cultural na pluralidade de formas econômicas - e mostrar que o mesmo elenco de questões levantadas por estes clássicos do pensamento social tem outro caráter quando colocados num quadro de pobreza extrema e dependência externa crônicas. Vemos que ao avançar a década de 60 os países periféricos, grandes e pequenos, mais ou menos industrializados, passaram a rejeitar os sinais externos de sua condição de desfavorecidos; e passaram a combinar uma vontade dissimulada de se identificarem com a ideologia e as formas de consumo dos desenvolvidos, assim como a rejeitar o estigma do subdesenvolvimento. Não está claro quanto isto é uma autêntica superação ideológica da noção de que a inferioridade econômica denota inferioridade em outros campos, ou quanto ela não é mais que um falseamento da questão essencial da dominação mediante junto com novas formas de alienação. Mas não há como negar que a explicação da mudança nos atuais países periféricos implica em tratar do modo de sua participação no sistema mundial de poder, passando pela economia mundial. A grande questão levantada depois da segunda guerra mundial e diluída na década de 70, é explicar os processos de exclusão e de bloqueio da mobilidade social que advieram no atual modo de

transformação do capital. E nisto são oportunos alguns comentários sobre o modo como se realiza a relação entre a determinação dos movimentos financeiros e os deslocamentos no quadro tecnológico.

A análise vertida no "Drama asiático" refere-se à economia mundial de inícios da década de 60, quando havia um clima de expansão concomitante com juros baixos. Noutras palavras, quando as economias subdesenvolvidas trabalharam com o referencial de exportação de capital dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos, seja, antes que este movimento se invertesse. Por mais que este quadro temporariamente parecesse corresponder a um dado estrutural do capitalismo maduro ele se acabou. O fim do clima de expansão trouxe de volta a percepção de que a acumulação nos países subdesenvolvidos está subordinada à desigualdade das relações internacionais e à incidência de crises na economia mundial. Paradoxalmente, isto leva a análise do desenvolvimento de volta à controversia sobre o eixo crise financeira-crise de comércio, que ocupou lugar proeminente no debate característico da década de 50.

Assim o debate sobre o desenvolvimento volta ao eixo principal: mudança social, regulação do capital livre das travas constituídas do particularismo dos estudos de caso e da generalização formal da teoria do crescimento. A raiz distributiva do problema do desenvolvimento torna-se evidente justamente quando o crescimento é insignificante e a reprodução social se materializa na reprodução de sociedades nacionais cujas necessidades - socialmente registradas (55) - aumentam acompanhando movimentos mundiais do consumo. A experiência dos subdesenvolvidos a partir da década de 70 registra o confronto de um sistema de necessidades que aumentam em duas direções: na revelada pela incorporação de população marginada ao sistema de informações geradas pela sociedade consumidora; e na incorporada com a expansão do conhecimento das formas de consumo, individual e coletivo, que são continuamente criadas pelos desenvolvidos. O curso seguido pela economia mundial, compreendendo a internacionalização do capital e o reordenamento do mercado de mercadorias agrícolas e industriais, justifica esta colocação: ao final da década de 80 os subdesenvolvidos estão circunscritos a espaços de mercado sumamente limitados e têm perspectivas declinantes de captação de recursos externos. Para eles torna-se mais claro agora que a questão do desenvolvimento não pode ser confundida com a do crescimento.

Em seu posterior "Contra a corrente" (1973) Myrdal continuou insistindo no problema populacional, inclusive vinculando a ele a questão então emergente do ambiente. Independente da correlação de fato que sem dúvida pode ser comprovada entre a sustentação da população de baixa renda e comportamentos predatórios, não há como desconhecer que agora esta linha de argumentação ajuda a desviar o principal problema ambiental que é o oposto: a contaminação por sobrecarga e distorção dos sistemas ambientais ligada à concentração de riqueza e de consumo. A literatura sobre esta matéria é inequívoca: concentração de usos de energia em poucos países e poucas regiões, formas de consumo suntuário predatórias, destruição ecológica por consumo caprichoso socialmente não controlado, revelando a arrogância do consumo individual hegemônico e a falta de poder na sociedade civil para controlá-lo. O tema proposto

por Myrdal - a economia de um ambiente melhorado (56) - tem consequências de diferentes tipos para os desenvolvidos e para os subdesenvolvidos, já que para os primeiros significa revisar a racionalidade do confronto de usos atuais com usos futuros de recursos, que sustentam sua atual prosperidade e para os últimos significa trabalhar sobre escolhas atuais de direcionamento de suas economias.

A noção de escassez absoluta (alternativa da noção de escassez relativa que fundamenta a análise econômica, e a que se chega ao comprovar que todos os recursos são esgotáveis a prazo secular ou a uso incontrolado) põe por terra a posição ortodoxa de que a política econômica confronta alternativas atuais com alternativas futuras de usos de recursos, que a frugalidade atual significa reserva de consumo para o futuro, ou que o consumo futuro está regulado atual. A compreensão do processo econômico supõe que o desenvolvimento do sistema produtivo compreende movimentos de diferente intensidade de esgotamento de recursos esgotáveis, que não só levam a novas composições de custos como contribuem para criar uma trajetória irreversível de transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Mais uma vez é preciso distinguir entre o tratamento do ambiente em condições de crescimento e com perspectivas de mobilidade social e o tratamento do ambiente físico, com as pressões sociais próprias da falta de crescimento. Assim, tanto como se reconheça que a noção de ambiente enseja uma visão articuladora da reprodução social ela deve ser incorporada ao contexto analítico da teoria social. E as noções de ambiente social historicamente formado e de ambiente físico, e a complementação e a oposição entre elas são um desdobramento inevitável desta percepção.

Para os subdesenvolvidos é uma extensão da questão central mudança social-regulação do capital, já que à parte dos movimentos próprios do sistema físico mundial os rumos da transformação socialmente determinada do ambiente não estão separados dos movimentos que ocorrem ao nível da recomposição-modernização do poder, passando pelo reprocessamento das estruturas tradicionais de poder às demandas do núcleo hegemônico que administra a própria modernização.

A ênfase na dimensão ambiente expõe as raízes físicas do processo social. Mas não autoriza o desprendimento desta análise de seu corpo social, como não justifica confundir as restrições físicas dos sistemas produtivos com a progressão de pressões socialmente determinadas sobre o ambiente. Mas uma vez posta às claras a dimensão ambiente simplesmente ela não pode ser ignorada. E sua incorporação efetiva obriga também a análise social a tratar com resultados irreversíveis e por isto assumir o sentido finalístico da ação.

## 8. O drama latino-americano: a negação na mudança

Uma América Latina foi um projeto do império espanhol. Outra foi um projeto do império português. A América Latina jamais foi exclusivamente latina, porque se fez sobre povos não latinos - índios - com povos não latinos: negros. A construção da América Latina se fez desde o primeiro momento em confronto interno, compreendido na natureza da dominação, para usar índios e negros e incorporá-los quanto inevitável; e em confronto externo, com opostos, mais ou menos corsários, franceses, ingleses, holandeses e norte-americanos. A presença não ibérica foi essencialmente corsária; a presença ibérica foi essencialmente autoritária e predadora. América Latina entendida como espaço histórico latino consolidou-se e aprofundou-se como uma unidade preenchida de pluralidade, mediante seu enfrentamento, ora cultural, ora político, ora militar, com os europeus não ibéricos e com os saxões, cada vez mais com os norte-americanos. O histórico e a forma dos enfrentamentos tornam-se cada vez mais conhecidos (57) se bem que seu desconhecimento foi sempre parte do próprio processo de dominação. O surgimento do contexto latino-americano plurinacional que se forma em concomitância com as experiências nacionais ficou marcado pelas lutas do começo do século XIX, com os projetos políticos representados por Miranda e Bolívar. Desde seus primeiros momentos ficou marcado pelo confronto externo, em que a oposição das colônias com suas metrópoles jamais esteve separada de concomitantes oposições com os centros mundiais de poder: França, Inglaterra, Estados Unidos. O desenvolvimento dos processos nacionais e de suas contradições desde a segunda metade do século XIX levou a um quadro de pluralidade de formações sociais e de aspirações que se configurou, primeiro com o referencial da primeira guerra mundial e segundo sob as pressões desencadeadas pela depressão de 1930, que permitiu identificar grandes linhas de interesse, situações características de alguns grupos de países.

Ao finalizar a segunda guerra mundial e serem reconhecidas as aspirações das ex-colônias asiáticas e africanas, houve uma nova oportunidade para que se vissem melhor as reivindicações captadas pelos Estados nacionais latino-americanos. À parte das notórias diferenças na complexidade da formação de classes entre uns e outros, evidenciavam-se diferentes posturas de seus respectivos blocos dominantes, em alguns casos reivindicando a restauração de condições internacionalmente privilegiadas - principalmente a Argentina, o Uruguai e o Chile (58) - e em outros casos procurando novas oportunidades de expansão, como nos casos do Brasil, do México, da Venezuela, da Colômbia. A experiência da CEPAL da década de 1950 foi representativa deste contraste entre uma pluralidade de aspirações e um referencial externo comum (59). E apesar do esforço canalizado mediante a colocação internacional dos pleitos que se formaram no âmbito de cada país latino-americano, os traços comuns do conjunto continuavam sendo muito desiguais: suas principais fontes de unidade continuavam sendo a unidade sub-continental do altiplano andino, a colonização espanhola e a cultura negra. O mundo

português alimentou a formação do subcontinente brasileiro com ligações muito limitadas com outros países, que começariam a ganhar corpo na década de 1960.

Assim, no contraste da continuidade das formações sociais com as rupturas nas relações internacionais, a questão do desenvolvimento tem que ser revista agora, primeiro pelo modo como a mudança social é processada pelos grupos hegemônicos latino-americanos, segundo pelo modo como ela se converte no instrumento subordinado à modernização externamente conduzida; pelo modo como a idéia de desenvolvimento, mesmo diminuída, torna-se contraditória com as propostas de continuidade do poder dos grupos dominantes em cada país e das alianças externas que eles estabelecem com os países mundialmente dominantes.

Ao começar a década de 1970 aquilo que antes fora percebido como o fim do modelo de desenvolvimento via substituição de importações revelava-se como o esgotamento do clima de expansão da economia mundial e o começo de um movimento de elevação dos custos financeiros da produção e de centralização do controle financeiro da economia mundial. Os países latino-americanos perdiam as oportunidades antes oferecidas por aquele motor de crescimento e voltavam a depender do anterior perfil colonial de suas economias para obter as divisas requeridas para atender suas necessidades. O ideal de desenvolvimento visualizado junto com a possibilidade de firmar trajetórias alternativas às dos países dominantes, especialmente dos Estados Unidos, passava a ser considerado impraticável ou simplesmente a projetar a modernização e o fortalecimento de burguesias ligadas às oligarquias tradicionais. A sequência de golpes de Estado iniciada em 1964 mostrou os abalos causados pela adaptação das estruturas políticas nacionais para atender as necessidades das novas alianças internacionais requeridas pelos blocos dominantes de cada país para modernizar-se e reproduzir-se no poder.

Mas ao avançar a década de 80 surgiram importantes novidades nesse quadro internacional. O avanço da internacionalização do capital significa um reordenamento do poder entre governos e entre governos e multinacionais, com uma relativa redução do poder econômico dos Estados Unidos - limitado por seus próprios aliados - para sustentar um controle direto do crescimento dos países periféricos. Pelo contrário os Estados Unidos convertem-se em grande devedores, são levados a redistribuir os custos financeiros do endividamento, tanto como são levados a se apoiar em sua capacidade de captadores de recursos externos e nas vantagens derivadas da demanda mundial de dólares para financiar seu próprio deficit. Por contraposição, os latino-americanos são induzidos a serem mais agressivos em sua participação no mercado mundial e a diversificar suas mercadorias e seus parceiros. Mas não há dúvida de que se trata de estratégias concebidas e executadas pelos grupos dominantes de cada país, cujo sentido de finalidade é a busca de retornos não decrescentes para o capital atual, isto é, a sustentação de um padrão de acumulação que administre as margens de modernização econômica sem ruptura do controle social do capital (o que não significa qualquer garantia a priori da forma do controle político). Assim, a continuidade do processo de acumulação identifica-se com um determinado padrão de acumulação, ou ainda identifica-se com o princípio

básico de que a modernização será feita com pouca circulação das elites, sem perda de controle do processo do capital por parte da superestrutura política.

O aspecto mais delicado e complexo deste processo é o ajuste do sistema de alianças externas com a formação do bloco hegemônico de cada país, vendo-se que esta correlação de interesses se faz mediante o Estado; e que os interesses do capital - em diversos países - têm que se exprimir sem necessariamente contar com empresas adequadas para acompanhar as transformações do capital na escala mundial (Chamam a atenção as diferenças entre as empresas que lideram a formação de capital nos países mais industrializados e nos menores, não só pela importância da organização familiar, como pela atitude em relação com a renovação de técnicas). As grandes exceções do Brasil e do México, também são os países que abrigam um espectro mais amplo de empresas, inclusive com sistemas cada vez mais complexos de interrelações entre o âmbito da produção considerada formal e o da considerada informal e o da considerada informal e que, por conseguinte, são também países onde os componentes da produção não controlados pelo Estado são relevantes para a sustentação deste mesmo padrão atual de acumulação (Cabe lembrar por exemplo que esta produção não controlada é responsável de grande parte da produção de bens-salário; e que deste modo facilita a liberação de recursos humanos e de capital para a produção de mercadorias exportáveis). Assim, o ajuste das economias nacionais latino-americanas com os grandes movimentos da economia mundial tem um duplo significado, de torna-las funcionais ao processo mundial do capital e de viabilizar sua modernização econômica sem quebra de seus mecanismos de controle.

Desse modo os movimentos da economia mundial redefiniram os âmbitos e o significado da política econômica na América Latina. Os países latino-americanos passaram a adotar, relutantemente ou não, políticas de curto prazo que visam adaptar as propostas - ou reivindicações de crescimento - a exigências de estabilidade que são definidas como nacionalmente necessárias, mas cujo perfil básico é dado como um requisito de participação no financiamento mundial. Alguns aspectos incidentais destas restrições de política, como a crise do petróleo, não obscurecem o fato de que os países periféricos cada vez têm menores margens de decisão para direcionar suas políticas, seja pelo aumento da carga de seu endividamento em proporção ao seu produto e à receita real de seus governos, seja porque os próprios países centrais exercem uma pressão contínua para que os subdesenvolvidos aumentem suas compras no exterior. Assim, desvaneceu-se o cenário mundial do período em que se teorizou sobre política econômica para o desenvolvimento como se ela fosse uma disciplina positiva isenta de restrições políticas (60).

A experiência com políticas a médio prazo, muitas vezes ordenadas em planos de desenvolvimento econômico e social em diversos países latino-americanos e para algumas regiões especiais, mostrou a virtual impossibilidade de modificar muito os objetivos e as estratégias operacionais, já que as equações políticas, os balanços de formas e as relações de classe não mudavam. O aparente esgotamento técnico do planejamento esteve claramente ligado à estabilidade dos blocos hegemônicos nacionais e à contradição entre



as propostas de modernização setorializada e o fato de que os interesses destes blocos se realizam mediante um processo que centraliza capital sobre um conjunto de setores e não tem nenhum compromisso efetivo com um possível confronto entre interesses industriais e agrícolas, ou entre interesses urbanos e rurais.

Mas no contexto de cada país as necessidades que sustentaram a busca de políticas de mudança refletiram deslocamentos na composição das sociedades nacionais de classe (61) onde se destacaram a emergência de grupos urbanos de renda média e a emergência de segmentos de trabalhadores, possivelmente mais por sua capacidade de organização que por seus diferenciais de renda com outros segmentos de trabalhadores urbanos e rurais (62). Sinteticamente, as propostas de mudança apareceram naquelas oportunidades em que a continuidade dos grupos dominantes em cada país demandou composições de poder socialmente mais amplas, o que em certa medida coincide com os projetos de industrialização, de expansão de fronteira agrícola e de modernização da produção. Mas estas políticas perdaram força quando esta mesma continuidade das hegemonias nacionais passou por reajustes determinados mais diretamente por pressão externa, o que ocorreu a partir da década de 70, com o antes mencionado fim do período de expansão da economia mundial a partir dos Estados Unidos. Assim, de certo modo não surpreende que as soluções nacionalmente encontradas para manter o padrão de acumulação se tornassem contraditórias com a ampliação das estruturas políticas de poder e por fim, que levassem a políticas de investimento e de gestão pública que fossem mais concentradoras (63).

Nesse quadro situa-se a discussão latino-americana da pobreza. Já não como um referencial de políticas paliativas de partidos moderadamente modernizadores (64), mas como uma categoria do processo social periférico atual, que não explica pela análise convencional da distribuição; e que aparece agora como um produto do confronto da centralização no processo de acumulação conduzido pelo capital privado e pelo engajamento dos governos nacionais em sustentar o padrão vigente de acumulação.

Essa análise da pobreza parte portanto da observação inicial de que ela não é incidental nem externa à coleção de processos econômicos, culturais e políticos que representam a dominação. Pelo contrário trata-se de que a atual pobreza revela, em sua escala e composição, os sucessivos movimentos do capital desde a formação das colônias até o presente; e que a proliferação e a diversificação de formas de pobreza nas cidades de diferentes tipos e no meio rural reflete justamente o modo como o capital se articula para reduzir os custos do trabalho na produção.

O reordenamento da economia mundial significa uma mudança na composição da produção dos países latino-americanos, que atinge simultaneamente a indústria, a agricultura e a produção mineral e extrativa. No Brasil, cujo sistema produtivo alcançou maior complexidade, isto traduziu-se numa grande diversificação das exportações, mas com subsídios cujos custos jamais foram conhecidos (65). No México, cujas trocas e fluxos de capital estão mais concentrados com os Estados Unidos, isto representa uma dificuldade adicional para aprofundar na diversificação da indústria e para fortalecer a produção de bens de capital. Na Argentina isto significa o bloqueio

de quaisquer programas a longo prazo que dependam de um aumento prolongado da receita de exportações. A Venezuela e a Colômbia, que não tinham alcançado uma estrutura produtiva suficiente para ampliar suas trocas com o exterior, ficaram bloqueadas por um setor externo pouco dinâmico e com mercados internos exíguos. Paralelamente, alguns movimentos mais significativos da formação de capital, tanto nestes países grandes como nos pequenos, a exemplo do Panamá, do Equador e do Uruguai, originaram-se de operações financeiras que não necessariamente se refletiram em sua estrutura produtiva. Mas em todos estes países houve uma revitalização da produção primária extensiva - pecuária, exploração florestal, produção de fronteira agrícola - que coincide com uma preferência do capital por linhas de produção em que seja possível aproveitar vantagens - autênticas ou subsidiadas - de uso de recursos naturais.

Há, portanto, razões para supor que o momento atual deste padrão de acumulação implica numa composição de capital pouco adequada para superar as margens atuais de pobreza e geradora de novas modalidades de exclusão de trabalhadores do processo de produção. Esse esboço do processo recente do capital mostra como é inadequado tentar explicar o emprego e a remuneração dos trabalhadores pela análise da composição dos postos de trabalho por setor, ou por nível de renda, ou mesmo pela comparação da composição do emprego com a qualificação dos trabalhadores. Por extensão significa que a insuficiência de postos de trabalho e de remuneração - que implica na presença de pobreza aguda - não pode ser percebida como um fenômeno aderido ao da formação de salários: a pobreza é a ausência de emprego e de renda, é a negação do capital.

Nas condições antes descritas a atual pobreza nos países latino-americanos não pode, portanto, ser tida como residual em relação com a expansão do capital. A parte de que uma expansão contínua do capital permite supor a absorção de um número crescente de pessoas, isto não necessariamente significa a absorção de proporções crescentes da população, nem diz nada sobre a remuneração paga aos trabalhadores. Admitindo que os velhos latifúndios e a velha pequena propriedade rural já estavam num processo próprio de decadência, é possível admitir que o desemprego causado por sua destruição não teria porque ser compensado pela criação de uma produção agrícola moderna. Mas sem dúvida o desemprego da população rural tornou-se um traço básico das modernas economias latino-americanas: não foi compensado pela abertura de fronteiras agrícolas nem por emprego rural não agrícola, basicamente converteu-se em pressão para uma urbanização mais desigual.

No entanto supor que a pobreza é gerada pelo campo conforme alguns autores (66) parece ser um excesso de simplificação, pela simples razão de que a subordinação da produção agrícola ao capital financeiro organizado no meio urbano mostra que este perfil de comportamento da agricultura resulta de opções de modo de acumulação em que a produção agrícola deve adaptar-se às preferências do capital mercantil (67); e em que as escolhas de técnica e as escalas de produção ajustadas em função de objetivos de reprodução do capital que levam os capitalistas a trabalhar com aplicações que compreendem combinações de investimentos na produção e de

formação de patrimônio que não podem ser explicadas pela lógica do capital industrial (68). Paralelamente, na gestão do capital aplicado nos setores de serviços vemos que os interesses comerciais em diversos países ligaram-se diretamente aos bancos: e que são estes últimos que conduzem a modernização do sistema produtivo, inclusive na indústria.

Assim as aplicações de capital nos diversos setores são conduzidas a partir de uma percepção de lucratividade situada desde o ponto de vista do capital mercantil-financeiro, que continua operando com a pressuposição de abundância de recursos naturais e de baixos salários. E este é certamente um ponto que não pode ser ignorado, porque concerne a competitividade do capital dos países periféricos para operar internacionalmente; e porque indica que ele tentará sempre compensar suas deficiências de competitividade com estratégias de redução do pagamento do trabalho. Mais uma vez nos defrontamos aqui com pistas para a interpretação do percurso seguido pelas economias latino-americanas no período desde 1970.

O bloqueio externo do crescimento é um aspecto macro-econômico que deve ser esclarecido com observações sobre a composição da produção entre empresas e sobre as novas modalidades de associação entre empresas que conduzem a formação de capital. Na realidade - e como pode ser inferido de diversos documentos oficiais - as baixas taxas de crescimento do produto social e o endividamento são concomitantes com uma centralização do capital nos grupos que detêm o controle da relação externa. São eles que assumem a liderança na composição dos grupos nacionalmente dominantes e que em última instância dão a principal opinião na formação das políticas econômicas nacionais.

A aceleração da inflação desde o final da década de 70 confirma este movimento. Os governos dos países latino-americanos de maior porte ficaram amarrados a políticas de curto prazo, restritivas de seu crescimento, coincidindo com orientações externas de "ajuste estrutural" (69), cujo significado final no perfil do crescimento jamais foi oficialmente questionado. No entanto seus pressupostos são facilmente reconhecíveis: a presença de cada país periférico na economia mundial deve ser ajustada a suas reais condições de competitividade; e cada país deve dimensionar o consumo de sua população em função da renda social de que dispor, em condições de entrada decrescente de empréstimos externos e com o pagamento dos compromissos de seu atual endividamento. Estes pressupostos incluem também proporções estáveis entre as despesas com infraestrutura e os investimentos na produção de bens de capital e de bens de consumo.

A parte de que este tipo de raciocínio contém uma surpreendente simplificação do funcionamento de economias industrialmente maduras, como a brasileira e a mexicana, sugere que uma política de compressão do consumo e de forçar a composição dos investimentos para um perfil de prazo mais curto, apoiada num aumento da pressão interna de financiamento.

Destarte o fundamental é que a direção do processo de produção com ou sem crescimento, favorece uma composição do produto com determinados requisitos de recursos, que até aonde mostra a experiência tem requisitos de trabalho diferentes daqueles incluídos no anterior projeto de industrialização. Daí não há como

ocultar que o padrão de acumulação prevalecente distancia-se cada vez mais do perfil de possibilidades de engajamento da população no processo de produção.

Frente a este referencial colocam-se agora os aspectos negativos da distribuição, seja, a informalidade e a pobreza.

A informalidade pode ser vista alternativamente na perspectiva do capital organizado, seja, da empresa e da projeção de seus interesses na ideologia das classes superiores e medias de renda; e na perspectiva da população que aspira participar da produção, quer dizer, que quer ser trabalhadora. Do ponto de vista do capital organizado a informalidade é o conjunto de atividades que recebem as vantagens de realizar-se sem pagar impostos, que representam uma "concorrência desleal" aos comerciantes formalmente estabelecidos. Observe-se que a informalidade concorre ao nível da comercialização, mesmo quando compreende a elaboração de produtos manufaturados. Supostamente, o que passamos a denominar de produção informal não se confunde com a produção primitiva (70) e tem se concentrado acompanhando a urbanização, com variadas formas de operação. Do ponto de vista da população aspirante a trabalhar a informalidade é uma alternativa de ocupação remunerada que se distingue das limitações de número de postos de trabalho e de remuneração. Toda esta população tem uma referência comum que é a de encontrar-se em oposição com os interesses que comandam os postos de trabalho e a remuneração. Vêm os postos de trabalho como um meio de chegar ao sistema de vantagens indiretas ligado ao sistema de produção (regularidade do salário, aposentadoria, férias etc); valorizam a estabilidade do emprego como um componente extra de renda e como um meio de liberação de sua capacidade para administrar seu tempo para produzir e para criar alternativas de remuneração atual e futura.

É fundamental observar que a extensão e a profundidade do espaço ocupado pela informalidade corresponde ao âmbito do emprego formal, que é a principal fonte de ocupação do trabalho não formalizado e que mediatamente é a origem de uma parte da demanda que absorve trabalho não formalizado. A medida que a produção se torna mais complexa e aumenta o número de postos de trabalho cuja remuneração também cresce, aumenta a complexidade da informalidade e tornam-se também mais complexas suas interrelações com os modos de funcionamento da produção formal. Assim, a reprodução da produção informal está regida pelos mecanismos de formação de renda da produção formal. Mas como a produção informal não se traduz em empregos - isto é, não se converte em postos de trabalho - senão que em tempo de trabalho realizado, existe um problema de conversão de tempo padronizado da produção formal (o tempo que Marx representou com a noção de jornada de trabalho) em tempo de produção informal, que apenas pode ser reconhecido como a efetivação do potencial socialmente qualificado de capacidade atribuível a um dado conjunto de trabalhadores (71). E apesar de que este conceito também enfrenta as dificuldades decorrentes de ter que explicar as diversidades de capacidades compreendidas na produção informal, torna-se claro que o potencial da produção informal é próprio de cada formação social e de cada composição de capital, guardando inequívoca relação com a formação cultural, as condições de saúde e de organização social de cada população.

Por isso, se não se pode conceber o potencial de trabalho da informalidade por separado de uma determinada trajetória histórica do sistema de produção de que ela faz parte, tampouco tem sentido analisar a informalidade sem considerar a questão mais ampla - mas claramente ligada a ela - de equivalência entre o tempo de trabalho realizado na produção informal e na formal e a formação da renda familiar.

Por aí deve-se lembrar que nos países latino-americanos a produção em geral tem sido realizada em condições de trabalho abundante e barato. Sem chegar ao extremo teórico das condições de oferta ilimitada de trabalho (72), a produção na América Latina certamente tirou sucessivas vantagens da presença de população Índia, de imigrações diversas, e em todo caso, de uma numerosa população que se reproduz com baixíssimos custos para o capital organizado. Este foi um rumo da estratégia do capital escravista e feudalista (73), que tem operado de modo a reproduzir nos segmentos modernos estas características da produção pre-industrial. A organização do mercado de trabalho fez-se sempre mediante uma correspondência entre o valor criado na produção de mercadorias imediatamente exportáveis e o valor criado na produção não imediatamente exportável (mesmo quando potencialmente exportável), aí incluídas a produção para consumo local imediato e a produção de mercadorias não necessariamente exportáveis.

Assim, na medida em que a produção informal concentra as possibilidades de remuneração dos trabalhadores de menor nível de educação e com menores possibilidades de incorporação à produção formal, ela também é parte da produção total que mais se identifica com a pobreza. E tanto como a pobreza se descreve como uma situação em que não se obtém uma renda familiar igual ou superior ao custo do consumo básico, cabe supor que ela está naturalmente ligada às necessidades de aproveitar as oportunidades oferecidas pela produção informal.

Nas condições atuais de segmentação do mercado de trabalho nos países latino-americanos a pobreza é uma condição social que conjuga a diferenciação atual de renda com outros mecanismos de diferenciação organizados no plano cultural e da organização social da produção, incluídos a discriminação étnica de negros e Índios na quase totalidade dos países, o analfabetismo e as deficiências e desigualdades do sistema educativo e os mecanismos de controle do acesso aos postos de trabalho melhor remunerados. Assim a relação global entre o crescimento do produto, a criação de postos de trabalho induz a um engano sobre as condições de vida da população. A desigualdade é uma categoria do processo do capitalismo na periferia econômica que toma determinada forma econômica da distribuição da renda, mas que ao consubstanciar-se na pobreza aguda incorpora aspectos não econômicos - políticos, culturais - da reprodução social que são essenciais para a continuidade do processo do capital. Assim, a pobreza é continuada nos planos local e central da organização do poder, refletindo as contradições de interesse entre estes dois níveis ( Por exemplo, a experiência com os programas rurais especiais tem mostrado uma ambiguidade no relativo à reforma agrária que corresponde a esta colocação).

Justamente por esta permanência das estruturas de poder a propriedade da terra e a organização do sistema financeiro têm sido os dois grandes eixos deste padrão de acumulação, já que geram vantagens que se reproduzem ao longo do trajeto, desde as formas mais simples de produção até as mais tecnificadas, urbanizadas ou não. Por isto não tem sentido tentar organizar a análise destes mecanismos a partir de algum ponto de ruptura, como poderiam ser a industrialização ou as mudanças de paradigma energético (o exemplo da substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário já foi razoavelmente estudado. Mas é conveniente lembrar também que estes dois modos de transporte têm sido combinados em novas cadeias de transportes que tornam inadequada qualquer referência a possíveis rupturas entre modos de transporte). Pelo contrário estes termos aparecerão adiante como consequências do desdobramento do processo de acumulação. Como notou Marx, as formas de produção se desenvolvem para viabilizar a produção de determinadas mercadorias que são objeto de demanda e jamais ao contrário.

A segmentação do mercado de trabalho está ligada à estabilidade da propriedade da terra através da falta de mobilidade na composição da renda e da exiguidade da renovação dos que têm acesso a comprar terra. Revela também uma diferenciação cujas raízes estão (a) na perpetuação da estrutura fundiária rural e urbana; (b) nos mecanismos de educação, com a discriminação por profissão, por acesso a informação e pela concentração do controle do acesso a postos de trabalho; (c) uma rápida concentração do poder de decisão sobre a substituição de técnicas, que ao longo do processo de modernização fica sob controle de número menor de instituições e pessoas. Através dela são garantidas as condições de controle da mobilidade, seja porque o aparelho educativo restringe o acesso às novas oportunidades de trabalho melhor remunerado (74), seja porque aprofunda as diferenças entre as faixas de baixa renda, tornando cada vez mais difícil a mobilidade em cada cidade. Os custos crescentes dos serviços públicos urbanos aprofundaram a segregação nas grandes cidades latino-americanas nas décadas de 70 e 80, levando à intensificação da especulação imobiliária urbana e ao aprofundamento das diferenças no acesso a moradia.

A internacionalização do comando financeiro da economia mundial modificou a importância da propriedade fundiária como alicerce do controle da acumulação nos países latino-americanos e gradualmente transformou-a em instrumento da produção de poder, geralmente fazendo a ponte entre o controle do aparelho de poder político e o controle do capital. Verificamos que em todos os países que tem uma agricultura significativa houve uma sensível modificação no modo de atuação dos bancos, que ora financiam a criação de novas empresas de exploração agropecuária ora funcionam como intermediários na canalização de recursos subsidiados para as mesmas oligarquias rurais. A coincidência da expansão dos interesses das multinacionais com o encarecimento do dinheiro afunilou o financiamento da agricultura, ao tempo em que levou as empresas a vincular suas aplicações rurais com suas operações financeiras e patrimoniais urbanas.

Assim, a marca da trajetória da acumulação nos países latino-americanos agora é uma crescente integração dos

diferentes tipos de investimento em algumas grandes linhas de formação de capital, de congregação das despesas com a infra-estrutura ao redor dos mesmos objetivos de produção. Portanto, a criação de postos de trabalho ou a remuneração das diversas categorias de trabalhadores ficam reguladas pela rentabilidade ou pela eficiência aparente do capital (75) nestas linhas de aplicação de recursos.

Essa pode ser a colocação central que situa agora a pobreza como o anverso do processo de formação de capital na América Latina. Não podemos ficar com um conceito de pobreza que a veja como a reprodução demográfica dos atuais pobres, ou como residual da criação de empregos, senão como a consequência de um processo que muda de forma ao longo da formação de capital e da modelagem das sociedades nacionais. A concomitância de mudanças no plano econômico, no cultural e no político faz com que as dificuldades conjunturais no plano econômico dêem lugar a agravamentos das dificuldades de distribuição nas dimensões não econômicas do processo. E o debilitamento econômico dos governos nacionais latino-americanos faz com que a ação do Estado não se distancie dos objetivos mais claros da harmonização da continuidade do poder político com as adaptações do poder econômico. As perspectivas da pobreza são de perdurar tanto quanto os países continuam em seu rumo atual.

## NOTAS

1. Os ensaios selecionados de Knüt Wicksell ("Selected papers on economic theory", A.Kelley, N.York, 1969) contêm a maior parte dos seus pronunciamentos explícitos sobre sua concepção teleológica da economia. A introdução de Erik Lindahl ressalta suas duas tônicas no rigor analítico e no engajamento. Para Wicksell a economia é uma ciência social que tem a ganhar e a oferecer em suas relações com as demais ciências sociais. Destaca-se o ensaio "Fins e meios em economia" (1904), incluído nesse volume: "Chamar uma ciência ou um método científico de "exato" e outro de "empírico" ou "especulativo e abstrato" de acordo com circunstâncias é injustificável. Toda verdadeira ciência e todo método efetivo é empírico na medida em que deve partir de e chegar à realidade" (pp.57).
2. O engajamento da ciência social para Wicksell é com o cotidiano, com questões práticas, não pode ficar restrita a posturas interpretativas. Das "Lectures on Political Economy" citamos: "Pode-se dizer que em certa medida um dos méritos da ciência econômica é ter produzido uma revolução na opinião pública. Logo que vemos os fenômenos econômicos seriamente como um conjunto e procuramos as condições de bem estar do conjunto, deverá emergir uma consideração pelos interesses do proletariado; e daí à proclamação de igualdade de direitos é somente um curto passo" (pp.4).
3. Na visão de Wicksell as relações entre ciências se dão como resultados de seu respectivo tratamento de problemas práticos e não como resultado do trabalho teórico. Tanto a economia como a sociologia deveriam responder problemas concretos atuais e em todo caso identificá-los com precisão. Temos aqui uma questão de teoria do conhecimento e não apenas uma questão de teoria da ciência. É um ponto levantado por Nicolai Hartmann ("Metafísica del conocimiento", Losada S.A., Buenos Aires, 1957) quando apresenta a formação de conhecimento como um aprofundamento na identificação de problemas alternativamente à sistematização de fenômenos.
4. A distinção entre o caráter histórico dos fenômenos estudados, o método histórico, a historicidade da análise foi aqui indicada, revelando uma atitude de Wicksell contraditória com sua adesão aos procedimentos positivos de análise. A ênfase em extrair observações históricas como meio de dar realismo à análise formal econômica coloca um problema que certamente não pode ser resolvido no âmbito da própria análise instantânea. Esta lacuna provavelmente é a primeira justificativa para a posterior ênfase de Myrdal na análise institucional.
5. Trata-se basicamente de bem conhecido capítulo de Schumpeter em sua "History of economic analysis", (Princeton, 1956) em que ele colocou a integração da análise econômica com outras formas de análise social como um requisito de solidez da análise econômica e não



como uma opção de método. Significa também uma cobrança de atualidade da análise econômica, que simplesmente não pode ignorar impunemente os progressos de outras ciências. Alguns dos pontos mais fortes desta discussão, que encontramos adiante em trabalhos de Myrdal é a reivindicação de uma revisão dos pressupostos da análise econômica à luz dos progressos da psicologia, da antropologia.

6. A explicitação de valores é um dos pontos mais fortes das orientações do "Drama asiático" e foi retomada por Myrdal em seu "Against the stream" (Random House, New York, 1973). A sustentação conceitual desta posição está em seu anterior "The political element in the development of economic theory", traduzido em português com o título de "Aspectos políticos da teoria econômica" (Zahar, Rio, 1962). É um ponto importante, porque assinala uma separação de Myrdal em relação com Weber, de quem está muito próximo no tratamento que deu à análise das classes sociais nos países asiáticos. Nestes textos e no anexo em que critica o trabalho de W.W. Rostow, Myrdal apresenta a explicitação de valores como uma questão praticamente inseparável de sua concepção da ciência social como dotada sempre de sentido de finalidade. Os estudos sociais não são gratuitos nem apenas factuais: estão aí como contribuição para resolver problemas práticos.

7. A crítica ao absolutismo lógico implícito no positivismo é um dos pilares da teoria crítica contemporânea em seu enfrentamento com as estratégias de adaptação do cientificismo às demandas da pesquisa atual. Os elementos essenciais desta crítica foram colocados por Theodor Adorno em sua introdução ao volume que reúne um debate entre a corrente crítica representada pelo grupo de Frankfurt e as posições do empirismo racional de Karl Popper e a hermenêutica de Hans Albert. Este volume - "La disputa del positivismo en la sociología alemana" (Grijalbo, Barcelona, 1973) - reflete uma resistência a uma teoria da ciência imune à crítica da teoria do conhecimento (ver meu próprio "Os desafios atuais da economia e a perspectiva da dialética", 1989) e estabelece uma postura crítica sobre o método científico que se opõe também a propostas de "adaptação" da dialética - agora recuperando a designação anterior de Lukacs como de realismo crítico - do tipo daquela defendida por Geymonat (ver, por exemplo, L. Geymonat, G. Giorello, "As razões da ciência" Ed. 70, Lisboa, 1986). O absolutismo lógico implica, essencialmente, na busca de uma teoria do proceder científico independente do objeto, de quaisquer qualificações do objeto, que leva a excluir a originalidade da teoria social. É uma disputa não concluída porque passa agora por uma revisão do poder explicativo e do significado da explicação: reconhecer um saber como tal, esperar uma função libertadora do saber etc.

8. Em seu "Que é filosofia?" (Revista del Occidente, Madrid, 1958) Ortega y Gasset propõe que o desenvolvimento do pensar filosófico, com a apreensão de problemas, leva naturalmente a crises, no sentido em que expõe necessidades adicionais de consistência com um campo maior de referências. É uma idéia de mudanças quali-

tativas ao longo de uma progressão, diferente da noção de paradigma exposta por Thomas Khun e antecipada por Myrdal em seu "Contra a corrente". As crises do pensamento indicadas por Ortega pressupõem a continuidade da tensão causada pelo esforço de interpretar problemas, portanto, estão ligadas à internalização do objeto por parte do sujeito.

9. Faz-se aqui alusão à "History of economic analysis" (Princeton, 1956), um trabalho póstumo, inconcluso, mas que projeta muita luz sobre trabalhos anteriores de Schumpeter, tais como "Capitalismo, socialismo e democracia" e outros ensaios. Mais uma vez é a reivindicação de uma fundamentação da ciência social a partir de suas próprias determinações, que não pretenda justificar-se perante a ciência física ou a matemática. É interessante observar como Schumpeter e Wickcell, originários da ortodoxia vienesa, geraram correntes de opinião cujos respectivos desdobramentos expõem contradições entre método e sentido de finalidade, ou ainda que vetam a colocação do método por separado dos temas em questão.

10. Alusão ao ensaio "Sociologia e investigação empírica" (em "La disputa del positivismo en la sociología alemana", Grijalbo, Barcelona, 1972) em que Adorno critica o absolutismo metodológico do positivismo: "a frase de um pesquisador precisa de um dez por cento da inspiração e noventa por cento de transpiração, que vemos citada com frequência, é subalterna e aponta a uma proibição do pensar" ou "a pesquisa social empírica deveria liberar-se radicalmente da superstição da que toda pesquisa deve começar como uma tábula rasa em que ficam incrustados os dados, dados que são encontrados sem qualquer pressuposto". As críticas de Adorno à sociometria são equivalentes às que podemos fazer à econometria, quando ela substitue o modo econômico (social) de pensar pelo matemático. Neste sentido vale lembrar também o ensaio de John Hicks "Linear theory" (The Economic Journal, 1961), em que há uma tentativa de recomposição entre o modo econômico de pensar e os modos instrumentais que terminam por substituí-lo.

11. Em seu "Problemas de legitimación en el capitalismo tardío" (Amarrotu, Buenos Aires, 1973) Habermas aponta à necessidade de se captar o conteúdo processual incorporado às estruturas institucionais do capitalismo. É um dos grandes pontos de aproximação do trabalho aplicado de Myrdal com o pensamento teórico de Frankfurt.

12. A reivindicação de que a economia é uma ciência moral aqui é feita, deliberadamente, no sentido oposto ao que lhe foi dado pelo empirismo, considerando que ela trabalha com os códigos que correspondem à formação de cada sociedade, identificando a formação cultural como um contexto de responsabilidades. A negação do interesse ilimitado do indivíduo por oposição implica no reconhecimento de responsabilidades que exprimem o interesse social. Incorporando a análise de classes esta perspectiva significa um tratamento do coletivo como uma categoria alterna, mais ampla que o indivíduo. Preferência por consumo, decisões sobre que produzir são vistas então representando interesses que não podem ser traduzidos em termos individuais. Assim, por exemplo, a preferência por maior intensidade na exploração de recursos minerais representa uma opção ditada por uma perspectiva dos capitalistas em seu conjunto, assim como

a preferência por transporte coletivo urbano é uma preferência que representa a perspectiva dos trabalhadores em seu conjunto.

13. Trata-se do paradigma do equilíbrio em seu sentido mais amplo, que compreende o equilíbrio estático do tipo walrasiano e o representado por uma taxa de crescimento sustentado à la Harrod. O oposto deste conceito é considerar que os movimentos dos sistemas econômicos resultam da ação de elementos que não só variam como mudam de feição ao longo do tempo. O que se coloca como perspectiva neo-clássica não é tratar com situações de equilíbrio, mas supor que todo movimento das economias nacionais exprime um deslocamento que só pode ser percebido em sua relação com uma dada situação de equilíbrio. A noção de acumulação implica em que os sistemas mudam irreversivelmente, que a volta a situações de equilíbrio é um falseamento da questão, já que não se volta a situações anteriores de composição do capital.

14. A valorização dos recursos humanos necessária a cada trajetória de formação do capital é a principal questão que distingue a análise econômica socialmente orientada da análise determinada pelo interesse na reprodução do capital. Por ela se distinguem as diferenças entre o sistema escravista que investe o mínimo necessário em qualificação de trabalhadores; o sistema industrial competitivo, em que os investimentos em trabalhadores são administrados sobre a distribuição entre os custos absorvidos pela empresa e pelo Estado na reprodução do capital industrial; e o sistema oligopolista, onde aumentam as diferenças de tamanho entre empresas e os investimentos em recursos humanos ficam compartimentalizados entre os que são realizados pelas grandes empresas, os que são realizados pelos diversos órgãos da sociedade civil e os que são realizados pelo Estado.

15. A idéia de círculo vicioso da pobreza merece ser lembrada num período em que as políticas econômicas têm como norte a contenção da demanda em países com grande parte da população com rendas muito baixas e fora do mercado formal de trabalho. A idéia de que a estagnação da renda converte-se em bloqueio ao crescimento dos investimentos tem que ser reconsiderada à luz (a) de uma revisão de quem realiza os investimentos, (b) de uma reconsideração das interdependências entre investimentos em bens de consumo e de capital ao longo da vida útil de cada um dos dois; e (c) de uma revisão da diferenciação no efeito de acelerador do consumo que resulta do fosso entre o consumo realizado com bens industriais e com bens localmente produzidos na produção primitiva. A contestação que foi formulada inicialmente à proposta teórica de Nurkse trabalhava com o pressuposto de que o consumo se realizava todo dentro do mesmo mercado capitalista e que, por extensão todo o efeito de acelerador seria recuperado pelo dinamismo da indústria. Agora temos que admitir que a proporção de população excluída do emprego formal é induzida a realizar consumo de bens e serviços que não produzidos como mercadorias senão como parte do funcionamento das famílias marginadas da própria produção capitalista organizada. Assim, o acelerador real descreve relações diferenciadas entre os segmentos de produção realizada para mercado e de produção que somente vai a mercado de modo eventual.

16. O reconhecimento dos progressos nos estudos históricos por parte dos economistas sempre foi muito irregular e restrito a aqueles que se preocuparam com as conotações sociais de seu trabalho. Adam Smith, J.S. Mill, Marx, Schumpeter foram brilhantes exceções. Mas o foco na formalização positiva da análise fez com que a economia desse as costas aos estudos históricos. Por isto não surpreende que a análise das implicações históricas do processo econômico tenha sido feita mais por estudiosos de outras áreas das ciências sociais que por economistas. No contexto do debate sobre o desenvolvimento este fenômeno se repetiu, agora com outras exceções, como Maurice Dobb, Celso Furtado, Samir Amin e outros. Mas repete-se a história de que a maior parte dos trabalhos dos economistas revela um sentido corporativo da literatura: economistas citam economistas etc. A abertura de Myrdal para o corte histórico da análise tem o valor adicional de reportar-se à análise autenticamente histórica, plano no qual se configuram as peculiaridades dos diversos processos nacionais. No entanto este reconhecimento da profundidade histórica direta ficou limitada aos fenômenos em discussão, raramente levando em conta a análise histórica propriamente dita. O reconhecimento da literatura histórica propriamente dita tem grandes consequências no pensamento econômico, seja valorizando o método histórico, seja incorporando observações que ajudam a rever o conceito de totalidade no social.

17. O corte específico de análise política no plano histórico passou a ser reconhecido como parte de uma análise institucional mais voltada para explicar a gênese das relações de classe. O tema da circularidade do poder autoritário, geralmente identificado com a noção de modelo asiático aparece nestes autores de modo que possibilita a comparação entre experiências políticas historicamente distantes umas das outras.

18. Curiosamente a análise da superestrutura na América Latina teve um percurso curioso: primeiro passou pelo desconhecimento das experiências autóctonas e depois, ao incorporar a análise de Gramsci fez-se ainda com pouca referência à experiência dos países latino-americanos com a permanência das estruturas de poder. O uso recente dado aqui à explicação da superestrutura pouco apresentou por exemplo à explicação da articulação entre a sustentação das elites de poder e a estruturação financeira da produção pre-industrial.

19. Este trabalho, elaborado por Alejandro Szejtmann aborda um tema de especial interesse para a explicação da formação da agricultura moderna nos países latino-americanos. A elaboração de uma tipologia das formas de produção agrícola certamente passa pela explicação das formas de articulação da produção com a comercialização; e os controvertidos conceitos de camponês e de empresário agrícola dependem destes aspectos básicos do funcionamento dos diversos tipos de estabelecimento agropecuário. Os estudos da agricultura que mostraram como se realiza a subordinação da agricultura ao setor financeiro foram também levados a analisar os mecanismos internos à produção agrícola que realizam esta subordinação no campo. Mas ainda temos pouca explicação das formas de interdependência entre elas.

20. Temos aqui um ponto altamente controvertido da teoria do desenvolvimento que é a relação entre o crescimento do produto, sua composição e a disponibilidade de alimentos. A análise da agricultura em função da eficiência do capital nela aplicado, seja ele privado ou público, indica que os produtores deverão escolher programas de produção que maximizem seus resultados financeiros, seja em eles a curto ou a longo prazo; e isto logicamente significa a preferência por aqueles produtos de maior demanda em preços e quantidades. Na prática isto tem significado que os produtores tendem a produzir produtos guiados pela demanda internacional, ou em todo caso, por produtos de elevado preço por peso. Com isto a produção agrícola dos países subdesenvolvidos distancia-se da produção de alimentos principalmente daqueles alimentos que constituem a dieta dos pobres rurais e urbanos. A lógica que sustenta este tipo de decisão é que a produção agrícola tem que ser feita de modo lucrativo para os produtores, e que estes, mesmo quando sendo produtores de baixa renda poderão comprar os produtos que consomem com a renda obtida com a venda de seus produtos de alto preço por peso. Na prática as coisas não acontecem exatamente assim, porque primeiro os produtores não necessariamente conseguem vender seus produtos por preços compensatórios e os produtos retidos não podendo ser consumidos não há substitutibilidade entre a composição do produto físico e a do consumo; segundo porque as alternativas de comercialização são diferentes para produtos que podem ser localmente vendidos e para produtos cuja venda depende de cadeias mais complexas de comércio. Na prática verifica-se que os produtores de zonas próximas de centros de comercialização têm maior facilidade para colocar seus produtos, mesmo quando se trata de produtos semelhantes aos de produtores mais distantes destes centros. Admitir que não necessariamente há substitutibilidade implica em admitir que há um problema social com a produção - ou com a provisão - de alimentos que transcende o cálculo de eficiência do capital de cada produtor agrícola, seja, admitir que há uma responsabilidade do Estado de ter uma política macroeconomicamente compensatoria que resolva este problema.

21. É necessário distinguir entre a percepção da distribuição como uma restrição na formação da taxa de crescimento e como uma condição da formação social. No primeiro plano a distribuição é simplesmente uma medida de distribuição da renda entre pessoas, que se traduz num determinado efeito sobre os investimentos e levada a suas últimas consequências quanto muito pode informar sobre efeitos mediatos de deslocamentos na distribuição sobre mudanças de composição dos investimentos. Entendida como condição da formação social a distribuição abrange a renda, o capital e o poder político. Manifesta-se na relação entre a reprodução do poder econômico e a do poder político. A primeira leva a uma análise da mecânica do crescimento, a segunda leva a uma compreensão do processo social do desenvolvimento. Cada uma se situa num determinado patamar de abstração. A principal objeção que se pode fazer à primeira é que a progressão de mudanças na composição dos investimentos corresponde necessariamente a mudanças na propriedade do capital que jamais deixam de ter significado político. O primeiro nível de análise seria uma aproximação simplificada da realidade em que se deixam de lado aspectos não controlados da questão.

22. Albert Hirschmann combinou uma revisão do enfoque de análise institucional - "socioeconômico" - com um tratamento de problemas operacionais do planejamento. Sua visão estratégica do processo de planejamento concentrou-se na estratégia de atuação de um setor público modernizador cujo principal instrumento são os investimentos. Valorizou a modernização do setor público como um meio de fomentar atividades que incluem uma democratização do capital. Insistiu nos efeitos em cadeia dos investimentos, onde estão incluídas interrelações entre o dinamismo gerado por projetos específicos com o de uma ação setorialmente concentrada do governo. Estes efeitos em cadeia na verdade foram antes apresentados por Jorge Ahumada ("Preparación y evaluación de proyectos de desarrollo económico" El Trimestre Económico, jul-set 1955) com o nome de efeitos para diante e efeitos para trás. Ahumada através dos cursos de planejamento econômico da CEPAL divulgou um enfoque de planejamento a médio prazo que se formou a partir das análises de economias nacionais feitas pela CEPAL durante a década de 1950, e que estavam baseadas na combinação do modelo de crescimento de Harrod com a técnica de análise inter-industrial de Leontief. Assim, continha uma referência às estruturas de poder (ver os trabalhos de José Medina Echevarria e de Marshall Wolfe) muito mais profundas que as de Hirschmann.

23. Hollis Chenery trabalhou num enfoque de política econômica que combinava variáveis quantitativas e qualitativas, onde as primeiras representavam o componente diretamente quantificável e o qualitativo representava as ações que não mobilizavam diretamente recursos, mas que tinham expressão final quantificável. Era portanto um tratamento positivo do não econômico, que não levava à análise dos agentes nem das estruturas responsáveis da política.

24. T. Balogh ("Unequal partners", "Obstáculos al desarrollo económico") focalizou na desigualdade de condições em que os diversos países participam do processo capitalista de formação de capital, mostrando como os resultados concretos da formação de capital na produção de agentes da formação de capital estão às orientações deste processo. Representou uma crítica institucional à sustentação das premissas neo-clássicas de análise, principalmente no relativo à análise das relações internacionais e na do setor público.

25. Jan Tinbergen deu a contribuição mais extensa à articulação de uma política econômica positiva, combinando curto e médio prazo, com uma expressão matemática de análise. Representou uma proposta de matematização ilimitada da política econômica, portanto, incluindo os setores sociais e reduzindo o campo institucional a uma representação formal. Mas certamente representou uma proposta de racionalidade total da política, que tacitamente implicava numa situação de capitalismo concorrencial e de manejo democrático do Estado.

26. Os grandes países latino-americanos foram objeto de grande interesse de estudiosos dos países desenvolvidos, principalmente de norte-americanos, que depois da segunda guerra mundial e principalmente a partir da década de 60 tiveram uma abundante produção nas

diversas ciências sociais. Dadas a fragilidade das universidades latino-americanas e as notórias restrições de expressão sob os diversos tipos de governos autoritários, esta produção desempenhou a importante função de ventilar fatos que não correspondem ao interesse dos governos latino-americanos ou ao das empresas que lhes estão mais ou menos associadas. Algumas contribuições autenticamente acadêmicas têm, de qualquer modo, um papel insubstituível neste plano de informação cientificamente válida. Mas, talvez por preferências de método ou preconceções, a maior parte dos trabalhos realizados por estes estudiosos tem contribuído pouco na explicação de processos sociais. Provavelmente por falta de manifestações do lado dos países latino-americanos, em crítica é debate mais direto com estes estudiosos, seus trabalhos geralmente correm ao lado das grandes linhas de tensão da discussão realizada aqui. Os exemplos obviamente são muitos, mas as críticas pessoais são também inadequadas.

27. A discussão da explicação teórica do desenvolvimento - qualquer que seja o nome que se lhe dê - sempre esteve envolvida num véu de preconceitos, em que principalmente se destacam, por um lado os diversos preconceitos que tentam reduzi-la a um problema prático interno ao capitalismo atual; e por outro lado os preconceitos que negam a existência de diferenciações extra-econômicas concomitantes com as econômicas, e que demandam explicações mais amplas e profundas que os movimentos econômicos do capital. A defesa de uma discussão do desenvolvimento sempre coincidiu com propostas de auto-determinação econômica de países e com a eliminação de opressão entre classes. A distribuição, em seu sentido mais amplo, é o eixo da discussão do desenvolvimento, que se diferencia de qualquer discussão da mecânica do crescimento, mesmo que nesta sejam incluídas ilações com a distribuição. A frontal diferença entre os interesses incorporadas em cada uma destas posições acabou fazendo com que a discussão do crescimento tenha sido principalmente apropriada por economistas ortodoxos, sejam rotulados como neo-clássicos ou não; que a discussão do desenvolvimento tenha sido encetada por herodoxos, keynesianos de esquerda ou não; e que a negação da discussão do desenvolvimento tenha ficado por conta de marxistas. A questão entretanto da interrelação entre mudança social e distribuição da renda perpassa os cânones da base nacional ou de classe da análise, assim como o fato da distribuição não pode ser negado simplesmente porque alguém prefere trabalhar a partir do ponto de vista da produção. Enquanto estes aspectos de fundo não forem esclarecidos ficamos numa dicotomização do debate que apenas serve aos que usam os artifícios conceituais para escamotear os fatos históricos concretos da desigualdade e de que sua explicação implica num problema que deve ser analisado em sua integralidade, independente de preconceitos ou de postulados acadêmicos.

28. A crise da visão de mundo do capitalismo tem diversas manifestações com diferente coerência interna. O que vem sendo denominado de post-moderno (ver, por exemplo, Revista do Pensamento Contemporâneo, nov.87:Filosofia e Pós-Modernidade, Lisboa, 1987) e o conjunto de manifestações - díspares - que sucedem a ordem entre

e a representatividade do moderno como tal. Não descarta nem con-  
fronta com o significado do moderno como estilo cujo conteúdo se  
liberta de restrições formais. O post-moderno não é uma proposta.  
A idéia de crise é válida neste caso porque o post-moderno simples-  
mente denota uma dificuldade de convivência entre formais do capi-  
talismo e sua articulação no plano da expressão estética. Algo se-  
melhante pode-se dizer com a crise da ideologia do progresso, que  
foi fundamental no capitalismo em expansão, mas que deveu ser subs-  
tituída por uma ideologia da estabilidade econômica, que contradi-  
toriamente deve conviver com uma economia mundial inflacionária.

29. Na maior parte dos países latino-americanos o movimento de mo-  
dernização econômica foi capturado pelas estruturas tradicionais  
de poder que o usaram para se perpetuarem. São as mesmas famílias  
ou as mesmas empresas que controlam a relação com o exterior e a  
relação com o Estado, que são os principais meios de controle do  
padrão de acumulação. A operacionalização deste controle no plano  
tecnológico tem sido feita pelos interesses externos na produção  
- diretamente pelas multinacionais ou por inspiração delas - ou  
utilizando o governo, transferindo estes custos para instituições  
públicas de pesquisa e assistência técnica. No entanto este con-  
trole da modernização não se exerce sem custos para as estruturas  
de poder. A substituição do sistema patriarcal de produção rural  
por uma produção capitalista comercial significa a perda de alguns  
espaços de poder correspondentes ao fato de que com ela se abre  
espaço para a sindicalização e portanto, para a criação de um limi-  
te interno ao poder do capital. Nos países de maior porte econômico,  
ou nos proporcionalmente mais ricos, a modernização se fez apoiada  
na criação de importantes instituições financeiras (BNDE no Brasil,  
NAFINSA e SOMEX no México, BIRA na Argentina, CORFO no Chile, IFI  
na Colômbia) que absorveram os custos da implantação da infraestruc-  
tura, ou que subsidiaram diretamente o capital incorporado à pro-  
dução, criando novos mecanismos de seleção que os tornaram elemen-  
tos essenciais na determinação da continuidade ou da interrupção  
das estruturas de poder.

30. Trata-se de uma crítica ao sentido de finalidade do uso da  
lógica. Nada de novo de Hegel para cá! Mas certamente é a revali-  
dação de uma crítica que atinge os usos subreptícios da razão para  
fins políticos. Como colocou Hegel, toda vez que se pressupõe uma  
separação intransponível do sujeito e do objeto a lógica discute  
as formas de relação entre os dois. Mas quando se admite a identi-  
ficação dos dois a lógica é a lei da progressão do ser que é sujei-  
to e objeto deste processo. O absolutismo lógico consiste em con-  
siderar que todo conhecimento, por ende todo raciocínio científico  
apoiar-se em demonstrações que (a) pressupõem a separação do sujei-  
to e do objeto; (b) tomam as formas das relações sem considerar  
que o conhecimento vazado nas predicções contém seus próprios  
limites; e (c) não se entra no mérito do sentido de finalidade do  
conhecimento. Como dizem Adorno e Horkheimer ("Dialética do Escla-  
recimento") "O pensar reifica-se num processo automático e autôno-  
mo, que ele próprio produz para que ela possa substituí-lo. O escla-  
recimento põe de lado a exigência clássica de pensar o pensamento..."



o procedimento matemático tornou, por assim dizer, o ritual do pensamento. Apesar da autolimitação axiomática ele se instaura como necessário e objetivo: ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele proprio denomina" (pp.37). E adiante: "Sujeito e objeto tornam-se ambos nulos. O eu abstrato ... não tem diante de si outra coisa senão o material abstrato que nenhuma outra propriedade tem além da de ser um substrato para semelhante posse" (pp.38).

31. É uma questão que se expõe com mais clareza com o conceito de composição do capital. O excedente físico tem a forma de algumas poucas mercadorias que não podem fisicamente ser absorvidas e para as quais não há demanda no país que as produziu. A dificuldade de conversão de um excedente físico pouco diversificado é proporcional à monotonia do capital que o produz.

32. A visão do processo econômico como uma combinação de produção e destruição é essencial nos grandes teóricos desde Adam Smith. É fundamental na formação do conceito de mercadoria em Marx. Baran aprofundou esta análise ligando destruição a desperdício na produção monopolística. E até aí registra-se o fenômeno como uma tendência inerente ao capitalismo. E por isto mesmo trata-se da produção capitalista de modo genérico, sem entrar nas qualificações que decorrem de poder administrar a acumulação ou de ter que adaptar-se a ela. A discussão da destruição nos países subdesenvolvidos tem características muito especiais, porque inclui as consequências da dominação e do fato de conviverem lado a lado a destruição causada por uma acumulação predatória e a destruição causada pela pobreza e pelas estratégias de sobrevivência.

33. O entendimento de que a modernização leva à substituição das oligarquias por elites modernas permeia toda a leitura sociológica do desenvolvimento e alimenta a suposição de que esta substituição seja socialmente favorável, já que esta substituição implica em atitudes mais propensas à mobilidade social e a situações mais equânimes de renda. É uma idéia que também está ligada à suposição de que deste modo se fomenta o espírito e a competência empresariais. Mas a observação da experiência dos países latino-americanos com a modernização mostra que na realidade tem havido uma sucessão de alianças entre as oligarquias e segmentos de capital internacional, geralmente intermediados por movimentos de concentração do sistema bancário em cada país, geralmente apoiados por políticas governamentais de fomento. A estratégia de permanência no poder das oligarquias passa pelo controle fundiário - que denominamos de bloqueio fundiário no caso da região do Recôncavo baiano - e pelo comando da máquina política local, que permite retroalimentar em subsídios à produção e em vantagens especiais para a comercialização. Esta permanência das oligarquias prossegue através da industrialização, quando as políticas industriais de fomento são feitas mediante créditos especiais que atendem repetidamente pequenas proporções de empresas, tal como se tem observado no Nordeste do Brasil, no México, na Argentina. Na década de 80, com a liberalização política no Brasil este fenômeno tornou-se mais evidente ao perceber-se que a concentração do sistema financeiro independe da liberdade econômica.

34. A linha de análise que se apoia no nexa produção-distribuição está no corpo da teoria econômica desde seus inícios. Ricardo, sem dúvida, foi o primeiro a por a prioridade da análise na distribuição, mas a operacionalização da explicação da distribuição teve que esperar pela teoria da exploração de Marx, ainda que colocada apenas no modo como está inserida na produção. A retroalimentação dos efeitos da distribuição na produção pressupõe uma conceituação muito mais ampla de distribuição, compreendendo a mediação das instituições, os efeitos da estruturação social dos trabalhadores, as posições de uns setores da produção em relação com os outros. Do ponto de vista de uma teoria do desenvolvimento, isto é, de uma teoria que explica mudança em longo prazo, a questão é saber qual o sentido de uma teoria que separa produção e distribuição, se ela é relevante para explicar os processos sociais concretos da atualidade. O que ficou praticamente sem resolver é a utilidade das teorias do crescimento para manejar problemas de desenvolvimento. E como a famosa tendência à simplificação leva justamente a isto, a recuperação da teoria do desenvolvimento implica na recuperação dos enfoques básicos de análise da distribuição.

35. O dimensionamento adequado do estudo da distribuição pressupõe uma compreensão dos sistemas de produção como sociedades, como totalidades compostas de elementos diferentes uns dos outros e em constante relação com outras totalidades equivalentes. Noutras palavras, uma teoria do Estado e uma compreensão das relações entre Estados. Paralelamente, pressupõe que o fenômeno genericamente denominado de distribuição abrange, concomitantemente, a distribuição da renda e a do capital, e também, concomitantemente, a interpessoal e a interfamiliar. A separação entre a análise da distribuição atual e a da retroalimentação dos efeitos dos processos distributivos tem feito, por exemplo, que a análise positivista da distribuição resulte sempre em coeficientes de distribuição da renda que não estão postos em relação com modificações nas posições das famílias nem das empresas. Ao imaginar por um momento que a análise econômica parte de situações de distribuição para considerar como pode se realizar a produção e como pode se realizar o consumo, pode-se considerar, primeiro que a produção pode ser realizada por aqueles que contam com capital, crédito e poder político para aproveitar a tecnologia disponível, seja para realizar investimentos conhecidos, seja para criar oportunidades de investimento; segundo, que a produção é concebida de modo a manter a situação de distribuição, o que pode significar que sejam escolhidas aplicações de capital autenticamente rentáveis e outras aplicações não necessariamente rentáveis mas que podem resultar em lucro em função das margens de poder político disponíveis; e terceiro, que entre aplicações equivalentes podem ser preferidas aquelas que melhor se ajustem a previsões de demanda compatíveis com as previsões de distribuição. Adicionalmente, pode-se considerar que a distribuição jamais é uma situação estática senão que é um quadro cambiante, que se desloca acompanhando a composição orgânica do capital e a capitalização dos recursos humanos. Em longo prazo é inútil pensar em termos de emprego sem reconhecer que o quadro do emprego acompanha ou reflete as mudanças no quadro dos recursos humanos, em termos de educação e acesso a oportunidades de trabalho.

Considerando ainda que o acesso a emprego está marcado por rupturas na qualificação, no nível de informação dos trabalhadores e pelo controle social dos postos de trabalho, cabe supor que em cada situação de distribuição em cada sociedade: primeiro, existem diferenças que não estão registradas na desigualdade de renda e que somente aparecem na renda em forma terminal, que realmente se processam antes da formação da renda; segundo, a irregularidade no acesso a postos de trabalho equivale a precariedade no emprego e das remunerações, resultando em subutilização crônica da força de trabalho. Estas observações, obviamente, situam-se ao nível de uma discussão categorial da distribuição, previa a qualquer formalização de análise. Mas ao que tudo indica são elementos necessários no pensamento sobre este tema.

36. O homem unidimensional é o homem destituído por excelência. É o homem reduzido à função que desempenha no processo de produção, que por oposição significa o homem destituído de cidadania. A redução do cidadão a força de trabalho entretanto significa sua inclusão no mercado de trabalho, portanto, que sua presença na sociedade está regulada por seu acesso virtual ou real aos postos de trabalho que são criados. Entretanto a discussão atual das economias periféricas, em seu conjunto e no tocante à pobreza que elas contém, obriga a reconhecer que a consequência final da unidimensionalidade - a perda de cidadania - decorre de um processo muito mais amplo de exclusão, em que se conjugam a segmentação do mercado de trabalho, o controle das informações, os diversos mecanismos de segregação. A pobreza cria um patamar inferior adicional na destituição dos atributos do homem, criando cidadãos de segunda classe cujas perspectivas são de um agravamento da exclusão e de uma perda irreversível das condições para participar da força de trabalho regularmente remunerada.

37. A multidimensionalidade do homem socialmente reconhecido significa também a profundidade histórica a que corresponde, a sedimentação cultural. A disputa por uma noção historicamente adequada desenvolvimento é também uma disputa pela antropologia do processo social. O desenvolvimento, ou a superação do subdesenvolvimento, foi descoberto como uma expressão de modernização ligada à proposta de universalização do capitalismo. Mas ao entrar em contacto com a originalidade das sociedades esta proposta de progresso se defronta com a identidade dos povos convidados a se desenvolverem, entra em contacto com esta profundidade histórica e passa a ter uma definição antropológica, positiva no caso de um desenvolvimento socialmente pleno, negativo no caso da mecânica do crescimento.

38. A discussão sobre população, especialmente no relativo ao controle da natalidade, corresponde sempre a alguma interpretação da influência do tamanho da população e da velocidade de seu crescimento em suas condições sociais de vida e em sua participação na produção. Em qualquer caso a suposição é que o excesso atual ou futuro de população frente a postos de trabalho e meios de consumo impeça ou atraze a superação do subdesenvolvimento. A visão da tragédia da pobreza extrema confirma esta postura. A frustração dos países

subdesenvolvidos que não conseguem sustentar taxas significativas de crescimento dão munção a este ponto de vista. Mas independente dos argumentos contrários, há algumas qualificações desta discussão que são de especial interesse para os países latino-americanos. Uma delas refere-se à noção de pressão demográfica. A pressão efetiva exercida pela população sobre os meios de produção e sobre os meios de consumo resulta da distribuição da renda e da composição da demanda; e se concretiza sobre a capacidade instalada em cada linha de produção, tanto ao nível da infraestrutura como ao da produção de cada bem específico. A razão que faz com que se reconheça uma determinada pressão demográfica decorre por exemplo de que as necessidades de moradia e de transporte coletivo urbano consiste em grande parte de pessoas que não podem pagar por estes serviços. Podemos supor, primeiro que uma menor população significa menor necessidade mesmo sem mudar o perfil da distribuição; segundo que uma mudança na distribuição muda a composição da demanda, e pode reduzir a pressão específica sobre determinados bens e serviços; e terceiro que os mecanismos sociais que geram a desigualdade não são afetados pelos movimentos da população, sejam eles causados por políticas, deliberadas ou não, e que conseqüentemente um movimento de redução da população que comece agora não significa que não haverá adiante uma nova pressão demográfica, quando o perfil de distribuição colocar outra vez uma parte da população sem condições de demandar na escala de suas necessidades. A percepção de que o problema demográfico consiste realmente de uma pressão demográfica equivale a considerar que por trás da questão demográfica atual estão os efeitos acumulados de um perfil desigual de distribuição da renda.

39. A diferença entre as análises baseadas na estruturação das unidades nacionais e as baseadas na estruturação de classes ainda levará a que muita tinta seja derramada. Mas há alguns pontos em que as duas caminham juntas para construir a explicação de determinados problemas. A fundamentação nacional da formação de blocos hegemônicos é um referencial que não pode ser ignorado, seja que a análise se organiza a partir de uma perspectiva nacional ou de uma perspectiva de análise de classe. Esta mesma perspectiva nos leva a destacar que a distribuição econômica corresponde a uma distribuição política, ou seja, o controle da reprodução do capital equivale ao controle da reprodução do poder político. O controle dos movimentos da modernização na realidade é o mecanismo que viabiliza a apropriação política dos resultados econômicos da produção. Vemos, por exemplo, que um aumento da produção de leguminosas de consumo popular, obtido por pequenos produtores a partir de uma situação de baixo consumo por família pode não acionar nenhum mecanismo de poder, mas um aumento equivalente em valor da produção de mercadorias que incorporam tecnologia gera deslocamentos de poder. A questão que se enfrenta agora consiste em que esta apropriação da modernização é heterogênea e dá lugar a uma pluralidade de posições no controle da reprodução do capital e na do poder político.

40. Um aspecto pouco explorado na teoria do desenvolvimento é o significado do momento (na formação de cada país) a partir do qual se iniciam os impulsos de modernização ou de autêntica superação

do subdesenvolvimento. Nos diversos países as estruturas de poder maneja-ram com diferente flexibilidade o capital disponível em direção a formas de produção mais adequadas para conviver com um clima de mudança tecnológica. Os impulsos de transformação não partem de situações idênticas e os diversos momentos de cada trajetória nacional correspondem a diferentes possibilidades de acesso a alternativas de diversificação na formação de capital. Este aspecto do processo reveste de especial importância quando se percebe que a progressão da formação de capital é atingida, uma e outra vez, por substituições de técnica de maior impacto indireto, como nos sistemas de transportes e na produção de energia, que modificam o espectro de alternativas de investimento. Assim, os países latino-americanos como a Argentina e o Uruguai, que tiveram sua infraestrutura construída e estabilizada até 1930 ficaram condicionados às possibilidades daquele sistema de transportes e por extensão a aqueles usos de território e a aqueles modos de articulação da infraestrutura com a capacidade direta de produção. Por outro lado, os países que construíram sua rede de infraestrutura depois de 1945, como o Brasil, o México e a Venezuela, tiveram a opção de ingressar a outras trajetórias de formação de capital com outras combinações de infraestrutura com capital direto de produção, que por sua vez lhes permitiram nova territorialidade: expansão da fronteira agrícola e da mineração etc.

41. A questão da substituição das oligarquias tem sido geralmente tratada como um fenômeno resultante do impacto da modernização, que presumivelmente se faz mais evidente na industrialização. Pouco tem se trabalhado sobre o que podemos denominar de desenvolvimento das oligarquias, seja do comando que elas conseguiram ter da formação de capital e poder em parte mediante suas alianças externas e em parte mediante o controle do sistema político. As oligarquias seriam então objeto de um processo exogenamente determinado, no qual teriam poucas oportunidades de influir. No entanto o que a pesquisa histórica mostra é que em todos os países latino-americanos tem havido um controle conservador da industrialização, que mostra justamente que as estruturas tradicionais de poder, onde se conjugaram as oligarquias de base rural com os comerciantes que controlavam a relação externa, mantiveram essencialmente o controle das conversões entre formas de capital e entre formas de poder. Esta perspectiva leva a ver que a modernização industrial é um processo que tem sido controlado pelas alianças do capital e poder de que estas oligarquias jamais deixaram de participar.

42. Ao ver o desenvolvimento como desenvolvimento das forças produtivas, que se concretiza em experiências de países seguindo determinados percursos da acumulação, abre-se a possibilidade lógica de que os referidos percursos estejam compostos de diferentes modos de acumulação. A teoria convencional do crescimento passa por alto esta questão que entretanto é essencial em nossa discussão de desenvolvimento. Questiona-se realmente se é dado conceber o processo do capital como um movimento de longa duração que não mude de forma. A resposta é negativa por diversas razões. Uma delas é a interdependência entre a infraestrutura e o capital diretamente adscrito a produção, e o fato de que os deslocamentos na capitalização da

infraestrutura na da produção de bens se dão com diferente tempo e com diferentes escala e divisibilidade. A formação de capital se faz mediante movimentos discretos - ligados à dimensão e à duração dos bens de capital - e não há como antecipar que estes movimentos não modifiquem as condições de distribuição incorporadas a cada nível de produção e não retroalimentem na composição da produção e assim sucessivamente. A compreensão de que o desenvolvimento compreende uma pluralidade de movimentos de acumulação é essencial para que se possa adiante chegar à explicação dos movimentos econômicos do capital com os movimentos políticos do poder.

43. A expansão do capitalismo torna cada vez mais difícil definir que é um camponês na América Latina. Há pouca dúvida entretanto de que é um conceito que pressupõe uma permanência significativa na terra e certa margem de liberdade na decisão dos programas de produção. Isto presumivelmente significa certa falta de divisão do trabalho da família como conjunto na formação da renda familiar. A aceleração da expansão do capital no campo tem se traduzido no aprofundamento da diferenciação no campo, significando isto; (a) a identificação de certo número de produtores médios e pequenos que conseguem se capitalizar; (b) aumentos do número dos pequenos produtores que não conseguem se libertar da linha de subsistência; (c) diminuição do tempo de permanência média dos pequenos produtores em cada localização. Não está realmente claro se a produção camponesa é residual, no sentido em que se realiza a níveis de tecnologia em média atrasados em relação com o da produção considerada comercial (o que não significa que a produção camponesa não seja capitalista); ou que ela seja um tipo de produção que, independente de que tenha leis próprias de capitalização, funciona como complemento da produção capitalista de maior escala. Mas há pouco como duvidar que esta produção camponesa depende da organização familiar e de um conhecimento prático que só pode se acumular pela permanência numa mesma gleba. A análise deste tema se complica em países como o Brasil, a Venezuela, o Peru, a Argentina, onde é indispensável levar em conta os deslocamentos territoriais da produção, seja por expansão ou por substituição de áreas cultivadas: A nova ocupação supõe sempre uma falta ou perda de conhecimento tradicional e sua substituição por novos modos de conhecimento. A literatura sobre este tema mais ou menos se divide entre aquela alimentada por uma percepção da substância cultural-política histórica do camponês, que geralmente se refere a regiões de formação antiga, como no México, no altiplano andino; e a literatura gerada nos países e regiões de formação recente e mais afetados pela experiência de imigrantes, como a Argentina e o Brasil, que se centra nos aspectos atuais de organização da produção e tende a deixar de lado a formação social. Autores como Arturo Warman e Bernardo Sorj são representativos da primeira e da segunda corrente. A nosso modo de ver há uma perigosa tendência à simplificação e ao positivismo da análise agrícola ligada à segunda posição; e um perigo de falta de realismo na segunda, que tende a subestimar o peso da modernização da comercialização na organização da produção rural. Parece-nos pouco produtivo discutir um tema como este sem relacioná-lo com o das formações sociais na escala de regiões, que finalmente identifica, em cada país, situações de diferente permanência e diferente intensidade de modernização.

44. A teoria convencional do desenvolvimento é fundamentalmente uma explicação dos processos econômicos de diferenciação entre países, à qual foram incorporados argumentos culturais, administrativos e outros, como explicações subsidiárias. Tomou por supostas a unidade nacional, a identificação do Estado com um interesse social majoritário ou tacitamente representativo do progresso. A própria noção de progresso passou a ficar questionada desde então! A discussão marxista do modo de produção e da formação social ligou a transformação econômica com a especificidade da organização social, estabelecendo papéis para os que operam a infraestrutura e os que operam diretamente a produção. Entretanto para os periféricos - ou subdesenvolvidos - isto deixa em aberto uma questão, que se refere à correlação entre os papéis socialmente identificados neste plano da operacionalidade do sistema produtivo com o jogo de interesses que se perfila através da formação de classes em cada um desses países. A verdade é que a incorporação da análise de classes à análise do desenvolvimento não é nada simples, (a) porque coloca a disjuntiva de tratar com os interesses determinados pela estruturação de classes ou de analisar os efeitos da formação de capital como formadora de interesses de classe; e (b) porque leva a distinguir o componente de relações atribuível a classes efetivamente estruturadas por relações capital-trabalho e o componente que não se resolve neste âmbito, seja por que não chegou a estruturar-se em classes (a organização da produção primitiva e das diversas formas de produção pre-industrial) ou porque é complementar às classes estruturadas (as diversas modalidades de informalidade urbana). Estas características do capitalismo periférico atual levam a demandar que a teoria do desenvolvimento seja capaz de combinar o tratamento de movimentos seletivos de expansão do capital com o tratamento de sociedades segmentadas.

45. A explicação de Marx do processo de formação de capital a um nível sintético consiste em contrapor o movimento geral de incorporação de mais valia ao capital com a sucessão de movimentos de conversão entre formas de capital. O reconhecimento de relações internacionais desiguais leva a ver que as conversões entre formas de capital são um mecanismo pelo qual se transfere formação de capital de um sistema produtivo a outro. Supostamente a explicação destas transferências corre por conta de uma teoria da dominação que vincule o controle da lucratividade da produção com o controle das decisões de investimento. Mas isto significa entrar na formação de grupos de poder e nas alianças entre os grupos que se fixam em cada sistema nacional de produção. Neste sentido o desenvolvimento implicaria em modificações no controle destas transferências - e por extensão - em modificações nas condições internas de distribuição correlacionadas com os movimentos entre sistemas produtivos. Certamente, muito disto está latente na teoria do desenvolvimento. Mas ao tomar sistematicamente o plano da distribuição a análise econômica do capital se torna uma discussão do poder.

46. Myrdal fez algumas observações de método em "Contra a corrente" que anteciparam ou foram paralelas às hipóteses de Thomas Kuhn sobre os paradigmas da ciência. A idéia tem alguma ligação com a de uma formação de núcleos de poder ao redor dos movimentos da ciência, que se exerce na discriminação do trabalho científico e no seu direcionamento para sustentar o poder político organizado. Neste sentido o paradigma é uma hegemonia, e como tal uma discriminação contra a mudança de pontos de vista: na visão myrdaliana é realmente a explicação do "establishment" científico.

47. A espacialidade da organização do poder foi exposta com clareza por historiadores da urbanização desde Munford. Foi utilizada para explicar os desdobramentos de poder próprios da expansão do capital por autores como Lojkin e Lipietz. Mas contraditoriamente não foi incorporada pela teoria econômica regional que sempre tratou com a positivização do capital. Mas ao focalizar na segmentação do próprio processo do capital necessita-se trabalhar com uma noção de região que possa captar a conjunção de impulsos externos e internos que alimentam esta espacialidade. Isto se obtém principalmente através da sociabilização dos usos do tempo, seja no emprego, no tempo dos investimentos, no tempo do consumo. A região é, portanto, antes que nada, histórica. E como a história aqui se faz por grandes períodos que são os das civilizações, a espacialidade da região pode corresponder a diferentes experiências: a cidade do México encontra-se no lugar de uma outra cidade que desempenhou outro papel e conteve outra organização social. O dinamismo da região corresponde a cada época e se materializa em diferentes contextos de relações. A análise econômica convencional não pode entrar no mérito desta questão porque está atada a uma percepção de prazos - curto, médio e longo - em que todos eles estão subordinados ao ritmo, portanto ao tempo, da produção atual. A análise do desenvolvimento tem que conviver com a noção de pluralidade no tempo e libertar-se de qualquer forma de produção em particular.

48. Tem havido uma forte identificação entre a noção de desenvolvimento modernizador e a de emergência ou de ascensão numérica das classes médias. A análise comparativa do ocorrido nas décadas de 50 e de 70 pode mostrar algo muito diferente na América Latina, com significativos movimentos de "proletarização" de grupos de rendas médias e com interpenetração de ideais entre os segmentos mais prósperos do operariado e segmentos decadentes das classes médias tradicionais. Em geral, há grande dificuldade de chegar a colocações claras sobre esta premissa de expansão da classe média. Há poucas dúvidas que estamos diante de outro tipo de sociedades, que não podem ser interpretadas mediante as tediosas comparações com os países da Europa ocidental e os Estados Unidos. Mas como tratar a originalidade? Precisamos de novas propostas de explicação sobre o papel das classes médias, que nos permita discutir os âmbitos de sociedade de classe e de sociedade massa, nas vertentes de anterior e de posterior à industrialização.



49. Estamos acostumados a reconhecer mudanças no contexto das relações internacionais e no de relações de classe em cada país. Mas não estamos acostumados a reconhecer mudança na unidade nacional. No entanto, tanto como se reconhece que a nação é o objeto último dos movimentos da capitalização deveríamos reconhecer também que o conteúdo cultural e organizacional da nação muda à medida que se expande e aprofunda sua experiência. A experiência colonial veiculou um aumento do conteúdo das unidades nacionais e a modernização agora representa outro movimento que muda cada país de determinados modos, uns diferente dos outros. A mudança no conteúdo da unidade nacional está correlacionada com mudanças no tecido das relações de classe (aumento do número total de operários, crescimento do componente de população marginalizada etc) e na organização do espaço (regiões que se definem mais que outras, regiões que perdem peso relativo ou mesmo que perdem identidade). A análise das mudanças da unidade nacional aparece agora como uma linha de explicação do subdesenvolvimento que deve ser tomada comparando-se períodos caracterizados por um movimento geral de crescimento, e períodos em que não há crescimento, com o que, portanto, se coloca que mudar não necessariamente significa crescer.

50. No Brasil a CEPAL foi sucessivamente acusada de economicismo, nacionalismo, marxismo e keynesianismo. Na distancia do tempo sobressaem a influência dos primeiros post-keynesianos (Harrod, Hansen, Robinson, Kaldor etc) do lado da análise econômica, e a influência principal de Weber e dos funcionalistas norte-americanos na primeira etapa e de Marx adiante, no lado da análise sociológica. A influência de Medina Echevarria na análise sociológica de modo direto e de modo indireto na análise econômica é uma das marcas indicativas da importância dos intelectuais espanhóis republicanos exilados na renovação do pensamento latino-americano.

51. A expressão estilos de desenvolvimento foi introduzida com os trabalhos do físico Oscar Varsavsky e de alguns economistas e sociólogos que colaboraram com ele entre fins da década de 60 e começos da década de 70. O uso desta expressão generalizou-se depois. Mas jamais foi apresentado qualquer trabalho que a justificasse de um ponto de vista epistemológico ou de teoria da ciência, portanto, que criticasse sua origem nas ciencias físicas, ou examinasse sua aplicabilidade no campo social. Na acepção generalizada é uma especie de substituição da conceituação da trajetória de cada sociedade e de cada sistema de produção, sem entretanto enfrentar a complexidade histórica do conceito de formação social.

52. Na década de 60 surgiram alguns trabalhos que exploraram os efeitos de diferenças de heterogeneidade entre sistemas econômicos nacionais, tomando como principal referência a contribuição de Kalecki à teoria do investimento. Esta busca de uma fundamentação estrutural para as políticas de transformação dos sistemas produtivos nacionais defrontava-se entretanto com aspectos não explicados da economia mundial atual, no que seu comportamento não podia ser reduzido aos seus aspectos industriais, bem como pecava por não explicar o comportamento do consumo tal como segmentado por classes e níveis de renda. Tornou-se uma análise quase-keynesiana, limitada por suas proprias hipóteses industriais.

53. A obra de Myrdal retirou a pobreza do contexto de uma discussão genérica das transformações econômicas e sociais do capitalismo. Na análise de Marx subjaz que o capital tomará aquelas decisões que melhor servirem a sua reprodução, que portanto tem um comportamento que não é afetado por contradições éticas enquanto elas não se transformarem em pressões que obstaculizem seus interesses. A retomada da perspectiva ética vem junto com o reconhecimento de que a pobreza é a negação da mudança que se realiza em conjunto com a expansão do capital. A expansão da pobreza invalida a expansão do capital tanto como a destruição de recursos impede adiante a continuidade deste processo.

54. O abandono da questão de método implica, tacitamente, em uma determinada escolha de método. A teoria econômica tem se mantido à distância de uma discussão de método que põe o eixo das transformações das ciências sociais na conjunção da sociologia com a filosofia e com a história. É interessante observar que os positivistas militantes em economia, como Milton Friedmann e seus seguidores, ou os dissimulados, como os keynesianos, não têm registrado a discussão de método que tem lugar nestes outros departamentos da ciência social.

55. A transferência de pessoas dispersas no meio rural para o meio urbano significa que a sociedade organizada registra suas necessidades, já que elas passam a poder pressionar. As comunidades isoladas retêm um número importante de pessoas em muitos países latino-americanos e sua transferência para o meio da economia organizada tem implicações específicas na intensidade com que a modernização reconhece novos tipos de problemas, especialmente o da informalidade.

56. A idéia de um ambiente melhorado - expressão de Myrdal - alude justamente à conjunção de proteção dos elementos físicos e dos sociais, de ambiente como precipuamente social. É a visão de ambiente que corresponde a uma discussão socialmente dirigida, que possivelmente contrasta com a de uma visão de ambiente predominantemente físico, ou restrito à preservação das espécies. Como esta noção de ambiente melhorado está ligada à pluralidade de experiências ao longo do tempo em cada sociedade ela também significa a preservação dos ingredientes culturais, seja por uma leitura competente dos elementos simbólicos legados por cada expressão cultural, seja pela identificação de cada linguagem com os modos de apropriação dos elementos físicos do ambiente. Nos diferentes países latino-americanos isto tem consequências bem diferentes, seja que o ambiente é modelado por uma experiência historicamente unificada, ou seja que ele reflete dicotomizações, como ocorre nos países que tiveram uma herança indígena mais forte. No Brasil esta percepção de ambiente coloca outros problemas, seja de reconhecer o contexto de relações com elementos de culturas mais simples, ou de revisar o significado das sucessivas contribuições trazidas por imigrações mais recentes.

57. A América Latina é pobre de análise histórica e prejudicada - ou simplificada - pela história oficial, primeiro das metrópoles coloniais, depois pela dos governos autoritários. A visão de que a América Latina se forma em confronto com projetos expansionistas gerados nos países mais capitalizados, seja como resultado de condições do jogo colonial, seja como efeito de confrontos mundiais ajuda a esclarecer a história recente. Mas teria que ser melhor utilizada para avaliar o significado de enfrentamentos entre propostas de implantar algo duradouro e impactos de movimentos gerados em outros contextos sociais.

58. Grande parte da inspiração das teses de desenvolvimento da CEPAL foram pretensões dos países do Cone Sul, de recuperar condições de comércio de que disfrutaram até 1930. O contraste entre este tipo de pretensões e as reivindicações de superação de pobreza ou de capitalização para subir de posição marcaram diferenças entre os estudos que a própria CEPAL fez dos diferentes países - na série "Análises e projeções" - assim como marcou diferenças entre trabalhos de economistas e sociólogos voltados para a superação da pobreza ou para a solução de problemas nacionais de comércio. A predominância certamente foi do segundo grupo.

59. A dificuldade de chegar a um referencial comum de aspirações dos diversos países latino-americanos corresponde a diferenças no modo como eles participaram do projeto de modernização capitalista. As diferenças, por exemplo, entre as propostas de política econômica do Brasil e de Cuba na década de 70 são bem representativas desta separação. Porém mesmo considerando situações menos extremadas estas diferenças estão claras entre países que tiveram condições para aspirar a uma industrialização mais diversificada - Brasil, México e em menor escala, Argentina - e os que aspiraram a uma industrialização limitada - Peru, Chile, Colômbia - entendendo-se que as escalas de tamanho mais ou menos corresponderam a diferenças de complexidade da composição social do capital.

60. As teorizações positivas sobre política econômica, especialmente sobre uma política econômica voltada para o planejamento a médio prazo, pressupuseram certas escalas de tamanho dos instrumentos e certas condições financeiras. Perderam interesse na medida em que se aprofundaram os problemas financeiros mundiais - o dinheiro tornou-se mais caro - e os governos nacionais se enfraqueceram financeiramente. A literatura gerada na década de 50 - Tinbergen, Frisch, Chenery e muitos outros - trabalhava com uma constância do instrumental que não estava mais disponível. A discussão de política econômica partiu-se entre os que a criticavam e os que a reduziram a uma prática de equilíbrio a curto prazo.

61. A renovação da crítica das sociedades latino-americanas como sociedades de classe que convivem com importantes segmentos de sociedade de massa apenas começa. Mas sem dúvida é uma discussão que exige uma volta à análise categorial, ou à análise de seus fundamentos. Que é classe neste contexto? Que se entende realmente por sociedade de massa? O conceito de classe necessita de sua dimensão

formativa, assim como tem que incorporar flexibilidade suficiente para explicar os matizes, as situações intermediárias, os embriões de classe. O conceito de massa alude a diferentes tipos de massa, à pre-industrial e às concomitantes com a urbanização concentradora.

62. Numa sociedade segmentada, onde uma das principais diferenças é a duração do emprego, as diferenças de renda são claramente insuficientes para indicar diferenças na estruturação social. As condições em que o trabalho é realizado, que estão ligadas ao segmento do capital a que ele corresponde e ao lugar onde ele se encontra, revelam diversos outros dados cuja importância não pode ser prejudgada. Também, a aproximação entre o rural e o urbano significa o aparecimento de diversas situações e tipos intermediários de renda e de mobilidade, que não se resolvem com os dados de renda. Aparentemente a principal pista nesta análise é o significado político da fonte da renda e seu efeito na identificação de classe de seu recebedor. Admitindo que o acesso aos postos de trabalho regular está sempre afetado por um conjunto de elementos políticos, deve-se considerar que diferentes empregos com renda aparentes semelhantes podem ter significado muito diferente no que dão maior ou menor acesso a formas indiretas de renda ou pura e simplesmente a poder.

63. A inércia do governo em sua qualidade de representação administrativa do Estado é na direção de favorecer a reprodução dos segmentos do capital que se reproduzem com mais intensidade, ou que estão em consonância com as tendências da reprodução do capital. Supostamente as contradições com este perfil de comportamento se acentuam à medida que se ampliam as margens de componentes representativos do trabalho, que por definição discordam destas tendências. Mas não há como supor que as tendências do Estado sejam para a concentração.

64. Neste ponto o que se coloca realmente é se é possível controlar a modernização, ou conduzi-la, seja no plano econômico ou no de propostas políticas, entendendo que as propostas políticas de modernização passam sempre pela identificação de interessados, definem sempre deslocamentos de grande porte na relação entre interesses de grupo e ideologia de classe. Uma posição pessimista sobre esta condução da modernização significa que ela será externamente comandada, que refletirá deslocamentos de poder no centro mundial do capital - e implicará numa negação rotunda a priori do desenvolvimento.

65. Em momento algum as propostas neo-liberais de política trataram dos custos sociais acumulados ao longo dos últimos decênios pelos subsídios ao capital, ou esclareceram que pretenderiam abdicar de subsídios. Entende-se que uma posição deste último tipo significaria um retorno utópico às condições de capitalismo concorrencial de décadas atrás. Mas não será que o liberalismo realmente pressupõe uma autêntica concorrência que apenas não existe?

66. Alguns autores ligados à análise do subdesenvolvimento e à análise do Nordeste do Brasil têm trabalhado com a hipótese de que o semi-árido, especialmente o campo semi-árido, gera pobreza que se transfere para outras regiões. Entendemos que é um ponto de vista

que não leva em conta que a organização da economia do semi-árido é controlada desde outras regiões; que seu político é o mesmo, sujeito a subdivisões semelhantes; e que este campo semi-árido está agora mais diretamente integrado com a expansão do capital - através de agroindústrias de exportação - que as velhas regiões agrícolas costeiras do mesmo Nordeste. Trata-se, portanto, de um argumento que peca por localismo, ou por não perceber que o semi-árido é tão pobre justamente porque está fortemente subordinado pelo capital em expansão: e não porque esteja isolado dele.

67. A maior parte das empresas de grande porte, e a maior parte do capital que elas controlam, no Nordeste é de fundo mercantil. Seus interesses principais estão regulados por comercialização ou operações comerciais. Em grande parte a indústria aparece ou se implanta como extensão destes interesses e não em oposição a eles. A distinção entre capital mercantil e industrial no Nordeste pressupõe um tratamento de empresa limitado a seu perfil industrial, sem considerar seu caráter multifacético.

68. A predominância da lógica do capital industrial no Nordeste está restrita a alguns âmbitos limitados a empreendimentos de tecnologia mais avançada e em todo caso, de comercialização apta para participar de operações internacionais. Torna-se agora muito arriscado trabalhar com as diferenças tradicionais entre capital mercantil, industrial e financeiro, apesar de haverem poucas dúvidas que os interesses financeiros comandam o perfil da produção agrícola e da industrial.

69. Faz-se aqui referência a certo tipo de política de curto prazo, que tem sido favorecida pelos órgãos financeiros internacionais e pelos principais países credores mundiais e pelos Estados Unidos (apesar de que este seja um devedor que não a pratica). É uma política que trabalha com proporções entre setores externamente estabelecidas: externamente porque sem considerar quais proporções possam precipitar crescimento. A crítica desta política vem sendo uma peça essencial das divergências em relação com a participação do Banco Mundial no quadro de financiamento de economias nacionais. Ao mesmo tempo é um estilo de política que tem sido optada, inclusive por segmentos supostamente progressistas, ideologicamente "adaptada" para transmitir os princípios da estabilização a curto prazo com os da condução no médio prazo.

70. Por produção informal entendemos aqui o conjunto das atividades produtivas, direta ou indiretamente ligadas a mercado, que correspondem à sobrevivência da população pobre, independente da renda monetária que geram. Por produção primitiva entendemos aqui aquela produção principalmente atraída pelo consumo local e com escassa interferência de informações de mercado. Entende-se que a produção informal está sempre articulada com o mercado e que compreende uma grande pluralidade de atividades, articuladas umas com as outras também por uma grande pluralidade de mecanismos. Igualmente entende-se que a produção informal é moderna, isto é, ela se produz e reproduz em relação com a modernização das cidades em seu conjunto.

Ela não depende da permanência de atividades tradicionais, mesmo nos casos em que é realizada com pessoas provenientes do sistema tradicional de atividades. A produção primitiva entretanto é parte de modos de vida tradicionais, no sentido em que pouco é modificada por inovações tecnológicas e que se reproduz com pequena presença no mercado. A distinção entre as duas é necessária para trabalhar com regiões latino-americanas em que as duas convivem sem se modificarem.

71. O conceito de potencial de trabalho aqui inclui o qualificativo das condições de educação e treinamento profissional das pessoas.

72. Se bem que a idéia de oferta ilimitada de trabalho é artificial, as condições de operação do capitalismo periférico pressupõem salários muito baixos e um grande exército de reserva que estão próximos daquele pressuposto.

73. A expressão feudalista é utilizada aqui para indicar a organização social da produção agro-pastoril nas regiões onde a presença do Estado sempre foi tênue, mas onde não há condições para falar de uma organização genuinamente feudal.

74. Trata-se aqui da remuneração real, incluindo acesso a formas de consumo coletivo, que são extremamente desiguais, dependendo de quais cidades e quais bairros são considerados.

75. Usamos a expressão eficiência aparente para indicar a eficiência mensurável do capital que não considera os subsídios indiretos que ele recebe da concentração de infraestrutura e da concentração de apoio institucional.

## Bibliografía

- Theodor Adorno, Karl Popper et all. "La disputa del positivismo en la sociología alemana", Grijalbo, Barcelona, 1973
- T. Adorno, M. Horkheimer, "La sociedad", Proteo, Buenos Aires, 1969
- A. Agarwala et all. "The economics of underdevelopment", Oxford Univ. Press, N.York, 1973
- Jorge Ahumada "Preparación y evaluación de proyectos de desarrollo económico", em "El trimestre económico", jul.-set., 1955
- Samir Amin, "La acumulación a escala mundial", Siglo XXI, Mexico, 1977.
- Paul Baran, "La economía política del crecimiento", Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1959.
- Eugen Bohm-Bawerk "La teoría positiva del capital" Abril, São Paulo, 1986
- F.H. Cardoso et all. "América Latina, ensayos de interpretación sociológica", Ed. Universitaria, Santiago, 1970
- CEPAL "Estudio económico de América Latina: 1949" Naciones Unidas, N.York, 1959
- " " "Agricultura comercial y agricultura campesina", Mexico, 1975
- Maurice Dobb, "Theories of value and distribution since Adam Smith", Cambridge Univ. Press, Cambridge 1973
- Tulio Halperin Donghi "Historia contemporánea de América Latina" Alianza Ed.- Madrid, 1972
- Antonio Gramsci "A questão meridional", Paz e Terra, Rio, 1986
- " " "Maquiavel, a política e o Estado moderno", Ed. Civ. Bras. Rio, 1985
- Luciano Gruppi, "O conceito de hegemonia em Gramsci", Graal, Rio, 1978
- " " "Tudo começou com Maquiavel" L.P&M, Porto Alegre, 1985

- Jurgen Habermas, "Problemas de legitimación en el capitalismo tardío", Amorrortu, Buenos Aires, 1973
- " " " Mudança estrutural da esfera pública", Tempo universitario, Rio, 1984
- G.W. F. Hegel, "Fenomenologia del espíritu", Fondo de Cultura Económico, Mexico, 1985
- " " "Lecciones sobre la filosofía de la historia universal", Alianza Editorial, Madrid, 1986
- " " "Principios de filosofía do direito" Guimarães Ed., Lisboa, 1986
- Nicolai Hartmann, "Metafísica del conocimiento", Losada, Buenos Aires, 1957.
- Albert Hirschmann, "The strategy for economic development", Yale University Press, N.York, 1958.
- ILPES; "Discusiones sobre planificación", Siglo XXI Mexico, 1967
- Michel Maffesoli, "Lógica da dominação", Zahar, Rio, 1978
- Karl Marx, "Grundrisse", Penguin, Londres, 1978
- " " "El capital", Fondo de Cultura Económico, Mexico, 1956
- Gunnar Myrdal, "L'équilibre monétaire", Lib. Medicis, Paris, 1950
- " " "Los efectos económicos de la política fiscal" Aguilar, Madrid, 1956
- " " "Solidaridad o desintegración". Fondo de Cultura Económico, Mexico, 1956
- " " "Beyond the Welfare State", Yale University Press, N.York, 1958.
- " " "Aspectos políticos da teoria económica" Zahar, Rio, 1962
- " " "Asian Drama", Random House, N.York, 1968
- " " "Against the stream", Random House, N.York 1973



- Ashok Mitra et all., "Economic theory and planning", Oxford Univ. Press, 1972
- Raul Prebisch " Hacia una política comercial para el desarrollo", Fondo de Cultura Económico, Mexico, 1964
- " " "Transformación y desarrollo", Fondo de Cultuta Económico, Mexico, 1974
- Joseph Schumpeter, "History of economic analysis" Princeton, Princeton, 1956
- Knut Wicksell, "Value, capital and rent", George, Allen & Unwin, Londres, 1954
- " " "Lectures on Political Economy", Routledge and Kegan Paul Ltda., Londres, 1961, 2 vols
- " " "Selected papers on economic theory", Augustus Kelley, N.York, 1969